



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA
LICENCIATURA**

São Luís
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA
LICENCIATURA**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO
Portaria nº 29/2019

Prof.^a Dra. Sannyia Fernanda Nunes Rodrigues
Prof.^a Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte
Prof.^a Ma. Heloísa Cardoso Varão Santos
Prof.^a Ma. Maria das Graças Neri Ferreira
Prof.^a Dra. Nadja Fonsêca da Silva
Prof.^a Ma. Terezinha de Jesus Amaral Silva

São Luís
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

GESTÃO DA UEMA

Prof. Dr. Gustavo Pereira da Costa
REITOR DA UNIVERSIDADE

Prof. Dr. Walter Canales Sant'ana
VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE

Profª. Dra. Zafira da Silva de Almeida
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Antonio Roberto Coelho Serra
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Profª. Dra. Rita de Maria Seabra Nogueira
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Paulo Henrique Aragão Catunda
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Prof. Dr. José Rômulo Travassos da Silva
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Profª. Dra. Fabíola de Oliveira Aguiar
PRÓ-REITORA DE INFRAESTRUTURA

Profª. Dra. Maria de Fátima Serra Rios
COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Profª. Dra. Maria Goretti Cavalcante
DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS

Profª. Dra. Sanny Fernanda Nunes Rodrigues
DIRETORA DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Pedagogia Licenciatura**TIPO DE CURSO:** Graduação**TITULAÇÃO CONFERIDA:** Licenciado em Pedagogia ou Pedagogo**MODALIDADE DO CURSO:** Presencial**AMPARO LEGAL DO CURSO:**

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto nº 15.581, de 30 de maio de 1997. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA;
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior, 2010;
- Resolução nº 1 - CONAES, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante;
- Resolução nº 2 - CNE/CP, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Resolução nº 1264 - CEPE/UEMA, de 6 de junho de 2017. Cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura da UEMA;
- Resolução nº 109 - CEE/MA, de 17 de maio de 2018. Estabelece normas para a Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e dá outras providências;
- Resolução nº 1369 - CEPE/UEMA, de 21 de março de 2019. Estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Maranhão;
- Resolução nº 1023 – CONSUN/UEMA, de 21 de março de 2019. Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão;
- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras em curso de Licenciatura;
- Resolução nº 1 - CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 2 - CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos;
- Resolução nº 886/2014 - CONSUN/UEMA, de 11 de dezembro de 2014. Cria o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão;
- Resolução nº 891 – CONSUN/UEMA, de 31 de março de 2015. Aprova o Regimento do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e dá outras providências;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Resolução nº 128 de 15 de setembro de 2016 – CEE - Renova o Reconhecimento do Curso de Pedagogia Licenciatura do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais – CECEN/UEMA;
- Parecer nº 148 de 15 de setembro de 2016 – CEE - Renova o Reconhecimento do Curso de Pedagogia Licenciatura do Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais – CECEN/UEMA;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019 - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base

Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-
Formação);

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2016-2020).

SUMÁRIO

1	CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	11
2	HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	13
3	DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	15
3.1	Políticas institucionais no âmbito do curso.....	15
3.1.1	Políticas de ensino.....	16
3.1.2	Políticas de extensão.....	20
3.1.3	Políticas de pesquisa	25
3.2	Caracterização do corpo discente.....	37
3.3	Apoio discente e atendimento educacional especializado.....	39
3.4	Objetivos do curso.....	41
3.5	Perfil profissional do egresso.....	42
3.6	Competências e habilidades.....	44
3.7	Regime escolar.....	46
3.8	Conteúdos curriculares.....	46
3.9	Matriz curricular.....	47
3.9.1	Estrutura curricular.....	49
3.9.2	Ementários e referências das disciplinas do curso.....	54
3.9.3	Prática como componente curricular.....	95
3.9.4	Estágio curricular supervisionado.....	105
3.9.5	Atividades teórico-práticas – ATP.....	110
3.9.6	Trabalho de conclusão de curso – TCC.....	111
3.10	Metodologia de funcionamento do curso	113
3.11	Avaliação.....	115

3.11.1	Avaliação do ensino-aprendizagem	115
3.11.2	Avaliação institucional.....	119
4	DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	123
4.1	Núcleo docente estruturante – NDE.....	123
4.2	Gestão do curso	124
4.3	Colegiado de curso.....	126
4.4	Corpo docente	127
5	DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA.....	134
5.1	Infraestrutura física existente para desenvolvimento das atividades pedagógicas	134
5.2	Acervo bibliográfico.....	134
	REFERÊNCIAS.....	135
	ANEXOS E APÊNDICES.....	136

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Licenciatura constitui-se de uma diretriz com orientações político-curriculares aos gestores e equipes docente e discente de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, tendo em vista a definição de um perfil de profissional a ser formado. Visa também atender à legislação em vigor, como a Resolução nº 2/2015 – CNE/CP que define as Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; Resolução nº 1264/2017 – CEPE/UEMA que cria e aprova as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão; Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019 - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015; Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Este projeto ainda observa os princípios norteadores para a educação superior e as atuais discussões que emanam do Plano Nacional de Educação, Lei nº13.005/2014, para o Decênio 2014-2024, na Meta, 15 que é garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de I (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O desafio de repensar o Curso de Pedagogia Licenciatura tem sua origem com as preocupações atuais dos docentes no que se refere à avaliação do curso. Para isso, constituiu-se uma comissão de reformulação, a fim de discutir o Curso de Pedagogia Licenciatura da UEMA, levando-se em consideração não somente o debate nacional sobre a identidade e a formação do Pedagogo, como também a situação educacional no Estado do Maranhão, especialmente no que se refere à formação de professores para a educação básica.

Neste sentido, na elaboração deste projeto, são consideradas discussões importantes no cenário social, político e educacional em que se identifica a participação de

uma rede formada pela Associação Nacional e Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), pelo Fórum Nacional de Diretores de Faculdades de Educação (FORUMDIR), pelos professores que militam na educação superior no Estado Maranhão, assim como na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). A reformulação do projeto foi acompanhada da reformulação curricular ocorrida em 2018, onde o currículo do curso foi reformulado a partir de discussões com os demais cursos de Pedagogia do continente e da modalidade a distância da UEMA.

O desafio de formar pessoas, antes de profissionais, torna-se sujeito a esses ideais, trazendo à tona a necessidade de ressignificar não somente o ofício como também seu processo de formação político pedagógica.

Reconhece-se a necessidade de redimensionar o projeto pedagógico do curso, contemplando as novas diretrizes em nível nacional e as demandas que vem se apresentando a partir das avaliações, não só da educação básica no Estado como também do Curso de Pedagogia desta Instituição. Portanto, reformular este projeto implica apresentar proposta curricular que venha corresponder às demandas que se destacam na atualidade.

Neste ano de 2020, desde março, a OMS decretou pandemia por conta do novo coronavírus. Com os casos elevados no Maranhão, a UEMA suspendeu suas atividades acadêmicas presenciais na terceira semana de março. Após consulta à comunidade sobre suas condições socioeconômicas e de acesso à Internet, a PROG levantou dados em que a maioria dos docentes e alunos desejavam retornar de forma remota. Assim, em Julho, retornou as atividades acadêmicas de forma remota no Período Especial.

Desde junho, disponibilizou formação continuada aos docentes para o planejamento das disciplinas para o ensino online através de 2 cursos: Desenho Didático Online e Planejamento Integrado às Ferramentas do Siguema, atendendo a maioria dos professores que compõem os cursos que atendem o Curso de Pedagogia. Também disponibilizou edital de auxílio emergencial com distribuição de chips para os alunos em situação de exclusão digital.

Atendidas essas condições (de formação docente e auxílio emergencial digital para os alunos), desde o dia 09 de setembro, as disciplinas da graduação retornaram na modalidade ensino remoto, tendo os professores o compromisso de adaptarem suas aulas

para o ensino online e seus planos de ensino. Também foi decidido pelo Colegiado do Curso não ofertar os estágios na forma online.

Informamos ainda que quatro docentes do curso compõem a equipe de atendimento e de apoio pedagógico da PROG/UEMA para auxiliar os professores nessa fase de adaptação, planejamento e uso das ferramentas do Siguema, chamada Conversa 4.0 e acontece de forma online, através da Plataforma *Teams* do *Office 365*. O atendimento ocorre em três turnos quatro dias na semana (segunda a quinta). Na sexta, o espaço fica disponível para eventos de formação, chamado de sexta digital.

Postas estas informações, seguem os dados relativos às definições institucional e legais do curso, com vistas ao pedido de renovação do reconhecimento do Curso.

1 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A UEMA, sempre mantida pelo Estado do Maranhão, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão - FESM, criada pela Lei nº 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão (Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias). A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma Autarquia de natureza especial, pessoa jurídica de direito público, gozando de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com os preceitos do artigo 272 da Constituição Estadual.

Posteriormente, a UEMA foi reorganizada pela Lei nº 5.921, de 15 de março de 1994, e pela Lei nº 5.931, de 22 de abril de 1994, alterada pela Lei nº 663, de 4 de junho de 1996. Em 31 de janeiro de 2003, por meio da Lei nº 7.844, o Estado promoveu uma reorganização estrutural, momento em que fora criado o Sistema Estadual de Desenvolvimento Científico Tecnológico, do qual a UEMA passou a fazer parte, vinculando-se à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico - GECTEC, hoje, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.

Atualmente¹, a UEMA encontra-se presente em praticamente todo o território maranhense. Com base em 20 municípios, tem um campus em São Luís² e outros 19 Centros de Estudos Superiores instalados nas cidades de Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Codó, Coelho Neto, Colinas, Coroatá, Grajaú, Itapecuru-Mirim, Lago da Pedra, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, São Bento, Santa Inês, São João dos Patos, Timon e Zé Doca. Além disso, a UEMA tem atuação em Polos de educação a distância e do Programa Ensinar.

A atuação da UEMA está distribuída nos seguintes níveis:

- Cursos presenciais regulares e a distância de Graduação Bacharelado, Tecnologia e Licenciatura;
- Programa de Formação de Professores nas Áreas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensinar).
- Pós-Graduação *Stricto sensu* (presencial) e *Lato sensu* (presencial e a distância).

Considerando o disposto em seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 15.581, desde maio de 1997, os objetivos da UEMA permeiam: o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, visando ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A missão de uma instituição detalha a sua razão de ser. A missão apresentada neste documento destaca o direcionamento da Universidade para a atuação no âmbito da sociedade e no desenvolvimento do Maranhão, e se fundamenta nos pilares da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, como meios para a produção e difusão do conhecimento. Sob esses fundamentos, eis o que as escutas realizadas permitiram entender como sendo a vocação da UEMA:

¹Em 2016, os centros sediados em Açailândia e Imperatriz passaram a fazer parte da UEMA SUL – Lei Ordinária nº 10.525 de 3 de novembro de 2016.

²O *campus* Paulo VI conta com os centros: o CCA, na área das Ciências Agrárias; o CCT, nas áreas de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; o CCSA, nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas; e o CECEN, na área de Educação e Ciências Exatas e Naturais.

Produzir e difundir conhecimento orientado para a cidadania e formação profissional, por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do Maranhão.

A visão institucional é responsável por nortear a universidade, expressando as convicções que direcionam sua trajetória. Para a concepção de uma visão da UEMA, buscou-se compreender os propósitos e a essência motivadora das suas ações e do seu cotidiano na tentativa de promover o desenvolvimento do Maranhão. Desse processo, surgiu a convicção de tornar-se referência na produção de conhecimentos, tecnologia e inovação, de forma conectada com o contexto no qual a UEMA está física ou virtualmente inserida. Por essa interpretação da realidade e com o horizonte à vista, vislumbra-se:

Ser uma instituição de referência na formação acadêmica, na produção de ciência, tecnologia e inovação, integrada com a sociedade e transformadora dos contextos em que se insere. (PDI-UEMA, 2016-2020).

2 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

O Maranhão é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Localiza-se no extremo oeste da Região Nordeste. Limita-se com três estados brasileiros: Piauí (leste), Tocantins (sul e sudoeste) e Pará (oeste), além do Oceano Atlântico (norte). Sua área é de 331 937,450 km², sendo o segundo maior estado da Região Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil. No que se refere à educação superior, possui quatro universidades públicas: a UFMA (Universidade Federal do Maranhão), o IFMA (Instituto Federal do Maranhão); a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão) e UEMASUL (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão).

O Estado do Maranhão apresenta indicadores socioeducacionais abaixo da média regional e nacional. O grau de urbanização, o PIB, a renda per capita, a taxa de analfabetismo alta e de escolaridade média baixa formam o cenário educacional do Maranhão, além da situação problemática que o Estado enfrenta nas áreas econômica e social.

No campo da interiorização, a UEMA, ao longo dos anos, vem desenvolvendo seu papel social como formadora de profissionais, tendo abraçado essa causa pela educação no campo das licenciaturas, nas várias áreas do conhecimento a fim de atender às demandas da educação básica no Estado do Maranhão, com projetos e programas de alcance social sendo o primeiro, o Programa de Capacitação de Docentes — PROCAD,

que teve início após pesquisa realizada pelo Centro de Documentação — CEDIN da Secretaria de Estado do Maranhão — SEDUC, a qual constatou em 1992 que, 92,5% dos professores da rede estadual da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e 37,4% dos professores do ensino médio, não possuíam a habilitação necessária.

Diante desse grave problema na educação básica do Estado do Maranhão, a UEMA, no uso das políticas públicas, deu início ao Programa de Capacitação de Docentes - PROCAD por meio da Resolução nº 100/92 - CONSUN/UEMA, oferecendo cursos de Ciências, com habilitação em Matemática, Física, Química e Biologia. História, Geografia, Letras e Pedagogia, todos em licenciatura plena, realizados no período das férias escolares inicialmente e que atendia aos professores que já se encontravam na rede pública estadual de ensino com um alcance de mais de 18.000 professores.

Os cursos que iniciaram o PROCAD passaram a funcionar em dois regimes: um, em regime intensivo, denominado parcelado, para atender a programas especiais da Universidade, composto por módulos de disciplinas ministradas durante as férias escolares, permitindo a participação dos professores oriundos dos municípios sedes dos campi da Universidade e de municípios circunvizinhos; e outro, denominado regular, oferecido durante o ano letivo da Universidade, com funcionamento noturno, dirigido, preferencialmente, para a clientela de professores sem formação pedagógica em nível superior, residentes nos municípios sedes dos *campi* da Universidade, previsto para realização do Programa, tendo em vista as facilidades de locomoção.

Em 2003, o Maranhão ainda enfrentava carências educacionais, uma vez que o PROCAD não foi suficiente para preencher as lacunas das necessidades da educação básica do Estado. Dessa forma, mais uma vez a UEMA deu um passo decisivo na formação de professores com a criação do Programa de Qualificação de Docentes- PQD, por meio da Resolução nº 0415/2003 - CONSUN/UEMA.

Ainda na busca de minimizar os problemas na educação maranhense, foi criado o Programa Darcy Ribeiro, por meio da Resolução nº 680/2007, com os mesmos fins da formação de professores. Os cursos oferecidos foram: Ciências Biológicas, Ciências Matemática, Ciências Física, Ciências Química, além do curso de Letras e do curso de História.

O Programa Ensinar - Formação de Professores da UEMA foi aprovado em outubro de 2016 pelo CEPE/CONSUN/UEMA com o objetivo de formar professores para

o exercício da docência na educação básica a partir de conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, de conceitos e princípios desenvolvidos na construção e apropriação de valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento em um diálogo constante entre diferentes visões de mundo. Foram ofertados os Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas; Ciências Sociais; Física; Geografia; História; Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas; Matemática; Pedagogia, Química em 28 municípios.

O Curso de Pedagogia do CECEN/UEMA, que este ano completou 26 anos, passou por uma reforma curricular, atendendo às exigências da legislação e também buscando contemplar no seu projeto às necessidades da sociedade quanto à formação dos futuros profissionais da educação. A unificação das estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia da UEMA foi um processo articulado pela Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP), envolvendo os cursos das seguintes localidades atendidas pela UEMA, a saber: Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Caxias, Santa Inês, Pinheiro, São Luís (CECEN), Timon.

O Curso de Pedagogia do Câmpus Paulo VI, CECEN/UEMA teve início no primeiro semestre de 1993, após a publicação da Resolução nº 100/ 92 CONSUN/UEMA, que criou os cursos de licenciaturas plena nos *campi* de São Luís, Caxias e Bacabal, com habilitação em Magistério, com a realização do vestibular especial para professores da rede oficial de ensino que não possuíam habilitação em nível superior. Em 1995, foi criado o CECEN — Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais que absorveu os cursos do PROCAD.

Considerando a grande procura por estudantes que pertenciam à rede oficial no cargo de professor, o Curso de Pedagogia passou a ser ministrado regularmente no turno noturno, com habilitação em magistério, reconhecido pela Resolução nº 112/2000/ CEE/MA.

Atualmente, o curso possui seu reconhecimento renovado pela Resolução nº 128/2016 –CEE/MA, tendo como média global a nota 4.

Destaca-se que no último Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o curso obteve nota 4 e hoje o curso atende também um Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação, já na sua segunda turma.

3 DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Nesta dimensão, serão explicitadas as políticas institucionais no âmbito do curso, caracterização do corpo docente, atendimento educacional especializado, objetivos do curso, competências e habilidades, perfil profissional, regime escolar, matriz curricular, metodologia e avaliação. A seguir cada item foi apresentado conforme as normativas que baseiam o projeto pedagógico do curso.

3.1 Políticas Institucionais no âmbito do curso

O Curso de Pedagogia Licenciatura do CECEN busca a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, estimula a inclusão e a valorização das dimensões ética e humanística na formação de seus estudantes, desenvolvendo atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade. Tal formação também será assegurada por meio do vínculo institucional, das políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa. Serão estimulados também no currículo, os princípios de flexibilidade e integração estudo/trabalho.

3.1.1 Políticas de ensino

No âmbito do Curso de Pedagogia Licenciatura, existem atividades integradoras relacionadas ao currículo. O desafio que se impõe ao Curso de Pedagogia Licenciatura é de desenvolver a capacidade construtiva do conhecimento, e isto passa por um contexto contemporâneo representado pelo avanço tecnológico, pelo trans e multiculturalismo, pelo sistemismo das organizações, pela transnacionalização do conhecimento e por vários outros aspectos da realidade pós-moderna. Este desafio operacionaliza-se no currículo.

Considera-se que o compromisso do Pedagogo Licenciado, como cientista, seja com a geração de conhecimento sobre as relações, processos e mecanismos que regulam a vida, os fenômenos sociais e com a ação política para transformá-los. A construção do conhecimento pelo educador deverá permitir o entendimento a respeito da verdade crescente de processos, instrumentos etc. Para que este entendimento se efetive, faz-se necessário que se determinem os paradigmas dominantes neste período. Assim, os profissionais de Pedagogia terão o papel preponderante nas questões que envolvem as transformações que ocorrem tanto na sociedade como nos espaços onde se dá sua atuação, não necessariamente espaços escolares.

Os núcleos metodológicos do Curso são o princípio educativo do trabalho, concebido na indissociável relação teoria/prática e no princípio da construção histórica e interdisciplinar do conhecimento, desenvolvido através de atitudes investigativas e reflexivas da sua política, com vistas a dar, à teoria, sentido menos acadêmico e mais orgânico. A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, no processo de formação acadêmica, isto é, a reflexão teórica e a prática do professor estarão presentes, de forma dialetizadora, na experiência da formação profissional.

A formação de profissionais aptos a desenvolver suas atividades, visando a atender às necessidades sociais, constitui-se uma das principais metas da educação superior que enfatizam o desenvolvimento do entendimento do homem e do meio em que vivem, através da comunicação do saber pelo ensino e outras formas de comunicação.

Nesse sentido, a educação superior, como nos diz a LDB, nº 9.394/96, “[...] deve estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade”.

O Curso de Pedagogia Licenciatura, neste projeto, repensa esse papel da educação, por meio de um currículo, que considera organização de atividades e ações que possam desenvolver habilidades cognitivas e competências sociais a partir do conhecimento. O currículo deve expressar a contemporaneidade, considerando a rapidez com que ocorrem as mudanças na área do conhecimento e da produção do conhecimento, ter a ousadia de sondar possibilidades futuras.

Entre as políticas de ensino vigentes no curso estão à implementação de laboratório multidisciplinar lúdico, pedagógico, com três espaços, um de multimeios, um multidisciplinar e um lúdico ao estilo de uma brinquedoteca, que dão logística e sustentação para variadas práticas do curso e do mestrado, dos projetos dos professores, atividades dos grupos de pesquisa e extensão. O curso é atendido também com bolsas de Monitoria e bolsas de participação em projetos dos professores submetidos aos programas PIBID e Residência Pedagógica da CAPES.

- Monitoria

A atividade de monitoria visa assegurar orientação e cooperação do corpo docente aos discentes e vice-versa, nas ações de ensino pesquisa e extensão. O aluno, sob a orientação de um professor titular da disciplina, acompanha suas atividades de preparação de aulas, orientação de trabalhos bibliográficos e ou de campo, orientação de estudantes em trabalhos de pesquisas e extensão, propiciando desta forma sua integração com a Universidade e contribuindo para seu desenvolvimento como provável professor no futuro próximo, além de otimizar a relação entre o corpo docente, discente e a comunidade. Dentre as atividades de ensino e aprendizagem devem ser priorizadas, de acordo com as variadas disciplinas os seguintes objetivos:

- Preparar o monitor para o exercício da docência;
- Proporcionar ao monitor, uma visão globalizada da disciplina a partir do aprofundamento, questionamento e fortalecimento de seus conhecimentos;
- Envolver o estudante em trabalhos de pesquisa e extensão, dando-lhe oportunidade de desenvolver suas habilidades didático-pedagógicas.

O monitor deverá cumprir as atividades objetivas do Programa de Monitoria e o aprofundamento de seu conhecimento teórico prático, que deverão ser elaboradas juntamente com o professor da disciplina que orientará a execução dessas atividades. Ele deverá participar das aulas ministradas pelo professor orientador e/ ou por outros professores da disciplina em que venha a ser monitor, cabendo-lhe também a orientação de colegas nas atividades teórico-práticas, após discutir com o professor as formas e os critérios de avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 1 – Lista de Professores e respectivas monitorias ligadas as suas disciplinas (ofertadas nos anos de 2018-2019)

PROFESSOR(A)	DISCIPLINA
Helene Maria Furtado Silva Lima	Organização do Trabalho Pedagógico
Dolores Cristina Sousa	Didática
Lincoln Sales Serejo	Filosofia da Educação
Heloísa Cardoso Varão Santos	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil

Maria José Cardoso Fiquene	Psicologia
Maria José Cardoso Fiquene	Psicologia do Desenvolvimento
Albiane Oliveira Gomes	Planejamento Educacional
Severino Vilar de Albuquerque	Política Educacional Brasileira
Sanny Fernanda Nunes Rodrigues	Multimeios Aplicados a Educação
Joaires Sidney dos Santos Ribeiro	Didática
Edward Pereira Rodrigues Júnior	Filosofia da Educação
Terezinha de Jesus Amaral Silva	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil

Fonte: Dados do curso e do Departamento de Educação e Filosofia.

Abaixo segue os dados dos projetos dos professores inscritos em cada programa:

- PIBID

Quadro 2 – Projetos do Programa PIBID realizados por professores do Curso de Pedagogia

Nº	Projeto	Professor	Número de bolsistas	Fomento	Vigência
1	“O ensino de Filosofia no Ensino Médio e a utilização dos livros didáticos.”	Marcos Roberto Alves Oliveira	24	Edital nº 07/2018 PIBID -CAPES	Agosto de 2018 a janeiro de 2020
2	Formação de Professores de Ciências da Educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: da epistemologia à resolução de problemas científicos e tecnológicos	Nadja Fonseca da Silva.	25	Edital nº 07/2018 PIBID -CAPES	Agosto de 2018 a janeiro de 2020

Fonte: Dados do Curso.

- Residência Pedagógica

Quadro 3 – Projetos do Programa Residência Pedagógica realizado por professores do Curso de Pedagogia

Nº	Projeto	Professor	Número de bolsistas	Fomento	Vigência
1	Matemática no Ensino Fundamental e Residência Pedagógica: saberes docentes	Maria José Rabelo/ Dolores Cristina Sousa	28	Edital nº 06/2018 CAPES	14/08/2018 a 31/01/2020

Fonte: Dados do Curso.

Por fim, informamos que três docentes do curso, a saber, professoras Sannyá Fernanda Nunes Rodrigues, Maria das Graças Néri Ferreira e Maria Goretti Cavalcante de Carvalho, estão na organização e implementação de um Programa de Inovação Didático-tecnológico voltado para a formação dos docentes da Universidade. As atividades têm como propósito impulsionar a elevação da qualidade da graduação a partir do fato que se volta para o uso de tecnologias educacionais e metodologias ativas. Assim, o programa recebeu o nome de Graduação 4.0, face ao fato e desafios que a Universidade e a docência assumem diante de inúmeras transformações na sociedade e que impactam e algum modo a Universidade. Estas atividades deverão incluir os docentes do Curso de Pedagogia, através das quais esperamos elevar os índices educacionais com novas práticas docentes em sala de aula.

3.1.2 Políticas de extensão

As atividades de extensão são desenvolvidas nas comunidades locais, com ações voltadas para as escolas públicas, logradouros públicos, coordenadas por professores vinculados ao Curso. A Extensão universitária foi conceituada a partir de um debate democrático desenvolvido nos Fóruns de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras (FORPROEX), do qual a UEMA participou ativamente, realizados em 2009 e 2010. Na ocasião, as universidades e a sociedade em geral foram apresentadas ao conceito de extensão que segue: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar,

educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”.

Em 2014, a UEMA publicou a Resolução nº 882/2014 - CAD, na qual atualizou, segundo este conceito e as mudanças no cenário mundial e nacional, o papel da extensão na instituição:

Art. 4º São consideradas atividades de extensão aquelas que: compoem o processo educativo, cultural e científico, articulem de forma indissociável as atividades de ensino e os resultados da pesquisa na forma de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, produções e publicações e outras ações desenvolvidas com e para sociedade, aí se incluindo a orientação de discentes em projetos de extensão, bem como a captação de recursos para o desenvolvimento desses projetos.

Mais recentemente, em 2015, a UEMA toma frente no debate do Estado sobre auxílio aos municípios de menor IDH e lança o Programa Mais Extensão, com projetos previstos para 2016, que descentralizarão as ações para seus 19 *campi* e promoverão cursos de extensão e intervenções nos 30 municípios de menor IDH.

Outras ações da Pró-Reitoria de Extensão foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 - CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, como incentivado pecuniário mensal de caráter provisório em *campi* em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos *campi* de vínculo (Resolução nº 230/2017 - CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche que disponibiliza ajuda financeira aos discentes (Resolução nº 229/20157 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para discentes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD). O Quadro 4 apresenta os projetos aprovados no PIBEX no Curso de Pedagogia Licenciatura entre os anos de 2016 a 2018.

Quadro 4 - Projetos Aprovados no PIBEX no Curso de Pedagogia Licenciatura 2016/2018

ORD.	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR	NÚMERO DE BOLSISTAS	AGÊNCIA DE FOMENTO
-------------	--------------------------	--------------------	----------------------------	---------------------------

1	ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA: a importância da Gestão do CEM Paulo VI para uma escola de qualidade	Fernando César dos Santos	1	-
2	OFICINA DE MÚSICA: a importância do ensino de música para a formação da cidadania	Fernando César dos Santos	1	-
3	GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: desenvolvendo ações para corrigir o fluxo escolar no município de Brejo de Areia – MA	Fernando César dos Santos	4	-
4	Avaliação Escolar: A prática avaliativa dos docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Joaires Sidney dos Santos Ribeiro	3	-
5	Diálogos sobre carreiras: um olhar sob a perspectiva de gênero	Márcia Cristina Gomes	2 bolsistas e 1 voluntária	2016 - PIBEX/UEMA
6	Educação e relações de gênero: diálogos sobre mulheres e ciência	Márcia Cristina Gomes	1	2017 - PIBEX/UEMA
7	Oficinas pedagógicas: diálogos sobre carreiras na perspectiva de gênero	Márcia Cristina Gomes	2 bolsistas e 1 voluntária	2018 - PIBEX/UEMA
8	Educação e relações de gênero: diálogos sobre mulheres e ciência	Márcia Cristina Gomes	1	2019 - PIBEX/UEMA
9	“FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: uma abordagem interdisciplinar nas séries iniciais da rede pública no município de São Luís.”	Marcos Roberto Alves Oliveira	1	Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex/Uema - Projeto de Extensão 2018/2019.
10	Cineclube Olhares: um despertar por meio do cinema	Marcos Roberto Alves Oliveira	1	Programa Câmpus Cultural – Bolsa Cultural- Bc/Edital nº 005/2018 Bolsa Cultura

11	Espaço Pedagoarte Cultural	Maria Goretti Cavalcante de Carvalho	2	-
12	Família que Ama e Ampara/A Violência na Interlocução com a Comunidade Escolar/Educação Sexual nos Anos Finais do Ensino Fundamental	Maria José Cardoso Fiquene	3	-
13	Ensino e Aprendizagem de Conceitos Matemáticos nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Maria José Santos Rabelo	1	-
14	Ensino e Aprendizagem de Conceitos Matemáticos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Maria José Santos Rabelo	1 bolsista e 1 voluntário	-
15	Alfastrando Araiões	Terezinha de Jesus Amaral Silva	10 (5 bolsistas e 5 voluntários)	-
16	Primeira Infância Pra Valer	Terezinha de Jesus Amaral Silva	1 (1 bolsista 1 voluntária)	Programa Acolher
17	Escola de Educadores	Terezinha de Jesus Amaral Silva	1 (1 bolsista 1 voluntária)	PIBEX
18	Com Licença Eu Sou Criança! Formando para Cuidar e Educar Narrando, Encantando e Conhecendo Escritores Maranhenses	Heloísa Cardoso Varão Santos	6	-

Fonte: Dados do Curso.

Para estruturar e institucionalizar a atividade de extensão com vistas à Inovação tecnológica, tendo por referencial a emenda constitucional 85 e baseando-se nos programas e projetos passados ou em andamento, foram instituídas as diretrizes norteadoras sobre a política de extensão do Estado, aos Arranjos Produtivos Locais (APL) e ao desenvolvimento econômico sustentável universitário até 2020. A referida política busca privilegiar ações em contribuição às demandas sociais prioritárias para o acesso e preservação do patrimônio genético e biodiversidade presente no Maranhão. Referências confirmadas com a promulgação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação que foi publicado em 11 de janeiro de 2016.

O Curso de Pedagogia Licenciatura do CECEN vem ao longo de uma década promovendo as Semanas de Pedagogia com temáticas ligadas a natureza do curso. No ano de 2018, quando o curso completou 25 anos, nesse período discutiram-se as Políticas Educacionais atuais e suas implicações na formação de professores da Educação Básica, no período de 29 a 31 de agosto de 2018. Neste ano, após uma década de promoção deste evento, no período de 11 a 13 de setembro, o curso promoveu mesas temáticas e conferências que se enquadrassem no tema da semana, que foi “Movimento de aproximação entre Universidade e Sociedade, refletido no Curso de Pedagogia”.

Assim, os professores têm uma assídua participação em atividades científicas do curso, do Mestrado em Educação ou ligadas à Instituição, como nos eventos dos CECEN, destacados abaixo:

- **Eventos do Curso**
 - VIII Semana de Pedagogia e da VII Jornada de Formação Docente (21 a 23/11/2017);
 - IX Semana de Pedagogia, 29 a 31 de agosto de 2018;
 - X SEMANA DE PEDAGOGIA, 11 a 13 de setembro de 2019.
- **Eventos organizados por docentes do curso**
 - IX Jornada de Formação de Docentes.
- **Eventos do Centro**
 - X e XI EPCECEN.
- **Eventos do Mestrado em Educação/ Grupos de Pesquisa**
 - I COLÓQUIO GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, em 2019.
 - I e II INTERLOCUÇÕES, 2018 e 2019.

3.1.3 Políticas de pesquisa

Quanto às políticas institucionais para a consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica, há o Programa de Bolsa Produtividade desde 2016, nas categorias Bolsa Pesquisador Sênior e Bolsa Pesquisador Júnior. A finalidade do Programa é a valorização dos professores pesquisadores que tenham destaque em produção científica e formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu*.

Há também uma ação que estimula a produção acadêmico-científica dos professores por meio de uma bolsa Incentivo a Publicação Científica Qualificada, pagas por publicação de artigos acadêmicos com Qualis A1 a B3 na área de formação/atuação do pesquisador; inclusão do pagamento de Bolsas por livro ou capítulo de livro publicado; inclusão do pagamento de apoio à tradução de artigos científicos, para publicação em língua estrangeira.

Por sua vez, é incentivada a participação de pesquisadores e estudantes da Universidade em redes de pesquisa nacionais e internacionais, fomentando o intercâmbio e fortalecendo os grupos de pesquisa existentes, além de estimular a criação de novos grupos, garantindo as condições para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, existe também o incentivo à participação dos estudantes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBIC). Durante o curso, em articulação com as atividades de ensino, deverão ser estimuladas atividades de pesquisa, por meio da iniciação científica, em que os estudantes bolsistas possuem bolsas provindas do CNPQ, FAPEMA e UEMA.

O Quadro 5 apresenta os projetos de iniciação científica aprovados no Curso de Pedagogia Licenciatura entre os anos de 2016 a 2018.

Quadro 5 – Projetos de Iniciação Científica Aprovados entre 2016/2018/2020

ORD.	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR	NÚMERO DE BOLSISTAS	AGÊNCIA DE FOMENTO
1	Análise da “qualidade” da educação básica nas escolas públicas Municipais de São Luís/MA, via IDEB: repercussões na democratização da gestão escolar	Prof. ^a Dra Albiane Oliveira Gomes	3	PIVIC 2020-2021
2	A expansão dos cursos de licenciatura no Maranhão pós SINAES versões 2005, 2008, 2011 e 2014: que qualidade o ENADE revela?	Ana Lúcia Cunha Duarte	3	PIBIC/CNPQ E PIBIC FAPEMA 2018 -2019
3	Relação entre o perfil e o desempenho acadêmico dos estudantes de licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, no período 2008 a 2017	Ana Lúcia Cunha Duarte	5	PIBIC FAPEMA 2019-2020

4	Nova gestão pública e a reconfiguração da avaliação e regulação da educação superior: uma análise da gestão acadêmicas, dos indicadores de qualidade e do perfil dos estudantes	Ana Lúcia Cunha Duarte	3	CNPq/ FAPEMA/ UEMA 2020- 2021
5	O Movimento Estudantil Secundarista Ludovicense na década de 1980 e o <i>habitus</i> incorporado nas trajetórias de seus principais representantes	Cinthia Regina Nunes Reis	2	PIBIC FAPEMA
6	O fazer acadêmico: a difícil arte da elaboração do trabalho de conclusão de curso	Cinthia Regina Nunes Reis	2	PIVIC 2020-2021
7	LETRAMENTO ACADÊMICO: as dificuldades na produção dos TCCs das alunas do Curso de Pedagogia da UEMA, observadas a partir do conceito de <i>Letramento Acadêmico</i> de Lea e Street	Fernando César dos Santos	2	Não informa
8	Letramento Acadêmico: as dificuldades na produção dos TCCs dos (as) alunos (as) do curso de Pedagogia, Letras e Filosofia da UEMA, observadas a partir do conceito de Letramento Acadêmico de Lea e Street	Fernando César dos Santos	1	UEMA 2020- 2021
9	As Interações e Brincadeiras como Eixos Curriculares e Fatores de Proteção ao Desenvolvimento das Crianças em Creches	Heloísa Cardoso Varão Santos	4	Não informa
10	Educação e relações de gênero: diálogos sobre mulheres e ciência	Márcia Cristina Gomes	1	2015 Edital Tecnologias Sociais FAPEMA, com financiamento
11	Percepções das alunas dos cursos de graduação da UEMA, quanto às manifestações de preconceito de gênero no espaço acadêmico	Márcia Cristina Gomes	1	2016 - PIBIC/UEMA

12	Avaliação dos impactos do sistema especial de reserva de vagas para estudantes negros no contexto da Universidade Estadual do Maranhão	Márcia Cristina Gomes	1	2017 - PIBIC/FAPEMA
13	Acesso e permanência na educação superior de estudantes negros cotistas: uma análise no contexto da Universidade Estadual do Maranhão	Márcia Cristina Gomes	1	2018 - PIBIC/FAPEMA
14	Acesso e permanência na educação superior de estudantes negros cotistas: uma análise nos <i>campi</i> da UEMA de São Luís e Codó	Márcia Cristina Gomes	1	2019 - PIBIC/CNPq
15	Violências de gênero no espaço escolar	Márcia Cristina Gomes	1	2019 - PIBIC/FAPEMA
16	Violências de gênero na escola: implicações e estratégias de enfrentamento	Márcia Cristina Gomes	1	2020 - PIBIC/FAPEMA
17	“A Política de Formação dos Professores de Filosofia no Ensino Médio Oriundos dos Cursos de Licenciatura”	Marcos Roberto Alves Oliveira	2	EDITAL PPG/UEMA N.º 13/2018
18	O arquivo e o museu dos Capuchinhos: um estudo das possibilidades de acesso e utilização destes lugares de memória, para práticas de educação patrimonial, no Convento do Carmo, em São Luís-MA	Maria Goretti Cavalcante De Carvalho	1	
19	Relação entre as ações propostas na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e a ação da gestão escolar na sua concretização na escola de ensino médio	Maria José Santos Rabelo	2	
20	Relação entre os Processos de Ensino e Aprendizagem de estudantes do Ensino Médio com Surdez e Deficiência Visual numa Perspectiva Inclusiva	Maria José Santos Rabelo	2	

21	Ação da Gestão Escolar na Construção da Escola Inclusiva nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal de São Luís -MA	Maria José Santos Rabelo	1	
22	Políticas de Avaliação e Regulação da Educação Superior: Atuação do Conselho Estadual de Educação nas Universidades Públicas Estaduais do Maranhão	Nadja Fonseca Da Silva	2	
23	Políticas de avaliação e regulação da educação superior: atuação do Conselho Estadual de Educação nas universidades públicas estaduais do Maranhão	Nadja Fonseca Da Silva	2	FAPEMA/UEM A 2020-2021
24	Competências para educar e aprender na era digital: potenciando práticas inovadoras na graduação e multiplicação de competências para os estudantes do Curso de Pedagogia	Sannya Fernanda Nunes Rodrigues	1	PIBIC/CNPQ 2019-2020
25	Literacia, letramentos ou competência digital: divergências, convergências e singularidades	Sannya Fernanda Nunes Rodrigues	1	PIBIC/CNPQ 2020-2021
26	Planejamento educacional em municípios maranhenses: a participação social na elaboração, monitoramento e avaliação de Planos Municipais de Educação (2014-2020)	Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque/CECEN	3	FAPEMA/UEM A/2020-2021

Fonte: Dados do Curso/PPG site³.

Registramos também o quadro de projetos do Programa de Bolsas de Apoio Técnico Institucional (Bati/UEMA) aprovados pelos professores do curso:

Quadro 6– Projetos BATI Aprovados entre 2018/2020

³ Resultados. Disponível em: https://www.ppg.uema.br/?page_id=745

ORD.	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR	NÚMERO DE BOLSISTAS	AGÊNCIA DE FOMENTO
1	Laboratório Multidisciplinar Lúdico-Pedagógico	Ana Lúcia Cunha Duarte	1	UEMA Quota 2018-2019 e Quota 2019-2020
2	Acesso e permanência na educação superior de estudantes negros cotistas: uma análise no contexto da Universidade Estadual do Maranhão	Marcia Cristina Gomes	2	2018 - Edital Universal FAPEMA, com financiamento
3	Desenvolvendo competências para educar e aprender na era digital: estimulando práticas inovadoras no Curso de Pedagogia	Sannya Fernanda Nunes Rodrigues	1	UEMA Quota 2019-2020

Fonte: Dados do Curso.

Segue também o quadro de projetos Universal aprovados para o período 2018/2020, já em execução e outros a espera de receber o subsídio:

Quadro 7– Projetos FAPEMA UNIVERSAL Aprovados entre 2018/2020

ORD.	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR	NÚMERO DE BOLSISTAS	AGÊNCIA DE FOMENTO
1	Laboratório Multidisciplinar Lúdico-Pedagógico	Ana Lúcia Cunha Duarte	1	FAPEMA
2	Acesso e permanência na educação superior de estudantes negros cotistas: uma análise no contexto da Universidade Estadual do Maranhão	Márcia Cristina Gomes	2	2018 - Edital Universal FAPEMA, com financiamento
3	Competências para educar e aprender na era digital: potenciando práticas inovadoras na graduação e multiplicação de competências para os estudantes do Curso de Pedagogia	Sannya Fernanda Nunes Rodrigues	1	FAPEMA

Fonte: Dados do Curso.

Atualmente, temos outros projetos de professores do curso aprovados no Edital nº 02 Fapema Universal 2019:

Quadro 8– Projetos FAPEMA UNIVERSAL Aprovados 2020

ORD.	TÍTULO DO PROJETO	COORDENADOR
1	Políticas de Avaliação e Regulação da Educação Superior Atuação do Conselho Estadual de Educação nas Universidades Públicas Estaduais do Maranhão	Nadja Fonseca da Silva
2	A Educação Patrimonial na Rede Municipal de Escolas de São Luís -MA: Um Mapeamento das Ações Educativas Acerca do Legado Patrimonial da Cidade	Maria Goretti Cavalcante de Carvalho
3	Análise da “Qualidade” da Educação Básica nas Escolas Públicas Municipais de São Luís/MA, Via Ideb: Repercussões na Democratização da Gestão Escolar	Albiane Oliveira Gomes

Fonte: Dados site Fapema.

Registramos os grupos de pesquisa atualmente em andamento pelos professores do curso:

Quadro 9– Grupos de Pesquisa e respectivos líderes

Nome do Grupo	Líder do Grupo
Grupo de estudos e pesquisas em planejamento e qualidade da educação básica (GPQE)	Albiane Oliveira Gomes
Grupo de estudo sobre formação de professores (GEFORP)	Ana Lúcia Cunha Duarte
Questões educacionais: Desigualdade, Inclusão e diversidade nas perspectivas socioeconômica, étnico-racial e de gênero - GEDDIN	Cinthia Regina Nunes Reis e Márcia Cristina Gomes
Grupo de pesquisa em práticas educativas, desenvolvimento humano e formação de professores na era digital	Maria de Fátima Serra Rios e Heloisa Cardoso Varão Santos

Grupo de pesquisa sobre a educação nas ordens religiosas no Brasil; Grupo de Estudos e Pesquisa História e Memória de Ordens Religiosas no Brasil	Maria Goretti Cavalcante de Carvalho
Grupo de Estudos em Formação de Professores – GEFOPRO	Nadja Fonseca da Silva
Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Educacionais, Neurociência e Afetividade	Sannya Fernanda Nunes Rodrigues
Grupo de estudos política e gestão da educação, formação e trabalho docente	Severino Villar Albuquerque

Fonte: Dados do Curso.

Destacamos também, a participação de duas professoras do Curso de Pedagogia na Rede Universita com dois projetos. No Projeto Universitas Atuação dos Conselhos Estaduais de Educação nas políticas de avaliação e regulação da Educação Superior e suas influências modeladoras nas Universidades Públicas Estaduais insere-se nas ações a serem realizadas para alcançar o objetivo específico 2 do subprojeto do Eixo 3, da Rede UNIVERSITAS/Br, “Práticas de avaliação, indicadores, performatividade, novo perfil dos estudantes e dinâmica de tomadas de decisões pelas instituições”. O projeto de pesquisa foi aprovado na chamada universal 2018, do CNPq (**código 4369042018**) com aporte financeiro de **R\$ 34.400,00**. O objeto de estudo são os Conselhos Estaduais de Educação e as Universidades Públicas Estaduais, das regiões brasileiras Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as influências modeladoras da atuação dos Conselhos Estaduais de Educação nas políticas de avaliação e regulação das universidades públicas estaduais e nos seus processos internos de gestão acadêmica e pedagógica. As professoras pesquisadoras da DEFIL/UEMA: Profa. Dra. Nadja Fonseca da Silva e a Profa. Ana Lúcia Cunha Duarte.

Quadro 10 – Instituições envolvidas no Projeto (conforme a atuação dos pesquisadores)

IES dos Pesquisadores

Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS)

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto

Quadro 11 – Conselhos Estaduais de Educação (CEE) envolvidos na pesquisa

CEE	QT. Pesquisadores
Goiás	2
Maranhão	6
Paraná	6
Santa Catarina	2

São Paulo	6
Total	22

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto

No outro projeto, Nova gestão pública e a reconfiguração da avaliação e da regulação da educação superior: análise das práticas de gestão acadêmicas relacionadas à reconfiguração do perfil dos estudantes insere-se nas ações do Eixo 3, da Rede UNIVERSITAS/Br, que pesquisa sobre a reconfiguração da avaliação e da regulação da educação superior na emergência da Nova Gestão Pública (NGP), problematizando as práticas de gestão e acadêmicas relacionadas à reconfiguração do perfil dos estudantes, para compreender a coexistência de modos de regulação institucionais e de políticas tendentes ao acolhimento desse novel perfil. Considera-se que a arena da educação superior produz a multirregulação, a regulação transnacional ou, ainda, a regulação em rede no contexto da regulação pós-burocrática. Estas novas situações modulam o perfil dos estudantes e a política pública endossada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) se interessa pela conciliação dos interesses e perfis em disputa, adotando a avaliação e a regulação como meios de garantir as especificidades mencionadas. Nesta linha, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), apoiada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), reflete a homogeneização de perfis diversos de estudantes e instituições. As professoras pesquisadoras da UEMA são: Profa. Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte e Profa. Dra. Fabiola de Jesus Soares Santana.

Quadro 12 – Instituições envolvidas no Projeto (conforme a atuação dos pesquisadores)

IES dos Pesquisadores
Universidade de Brasília (UnB)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Universidade Regional de Blumenau (FURB)
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto

Quadro 13 – Conselhos Estaduais de Educação (CEE) envolvidos na pesquisa

CEE	QT. Pesquisadores
Goiás	2
Maranhão	5
Brasília	10
Bahia	2
Santa Catarina	4
Total	23

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto

E por fim, destacamos a participação da professora Sanny Fernanda que competiu com projetos de incubação de empresas Startups com 3 bolsistas do curso de Medicina para fomento via FAPEMA com o projeto Plataforma Gamificada para Gerenciamento da Vida dos Animais de Estimação (PETS) - desenvolvimento de aplicativo e também foi indicada ao Prêmio FAPEMA de Melhor Dissertação.

Em 2015, foi aprovada a Resolução nº 1158/2015 – CEPE que implementou o Programa de Qualidade Total dos Programas de Pós-Graduação (PROQUALIT), com o propósito de integrar programas de incentivo à produção acadêmica docente, já existentes na Universidade, a um Plano de Ação para os Programas de Pós-Graduação.

Também ressaltamos o programa PROQUALIT, que vem possibilitando o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos cursos de mestrado e doutorado, o que viabiliza um conjunto de ações com vistas à consolidação desses cursos, de forma que sejam reconhecidos em nível nacional e internacional por boas avaliações e formação de recursos humanos de qualidade. As ações do Programa abrangem dimensões variadas da vida acadêmica, que convergem para um quadro de professores doutores, com indicadores de produção adequados para atuação em cursos de mestrado e doutorado, a saber:

a) Participação nas discussões sobre concursos públicos para contratação de docentes. Os Centros que tiverem Programa de Pós-Graduação na área objeto da contratação deverão ter o perfil do candidato traçado, de comum acordo, com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), de modo que ao ingressar na carreira do Magistério Superior o candidato atenda aos requisitos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação;

b) Atendimento, por parte da PPG, das demandas por melhoria ou ampliação dos espaços para a Pós-Graduação, com incentivo e organização de projetos para captação de recursos junto às agências de fomento; tarefa que também caberá à administração superior, no que respeita a alocação de recursos próprios ou conveniados para o desenvolvimento da Pós-Graduação;

c) Instituição do Comitê de Avaliação do Desempenho da Pós-Graduação, para avaliação de cada curso. Para as visitas, convidamos dois consultores ad hoc externos e um representante interno, preferencialmente um coordenador de pós-graduação;

d) Acompanhamento periódico dos dados relativos às atividades desenvolvidas pelos docentes e discentes dos cursos de mestrado e doutorado, a ser realizado pelas Coordenações de Pós-Graduação/PPG, para posterior compilação e alimentação da Base de Dados da CAPES;

e) Regulamentação dos critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente do quadro permanente dos cursos de mestrado e doutorado;

f) Consolidação e ampliação de ações de apoio ao desempenho da produção científica: apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais, conforme Resolução nº 178/2015 CAD/UEMA; incentivo a publicação científica qualificada,

conforme Resolução nº 1123/2015 - CEPE/UEMA; apoio a tradução de artigos científicos, conforme Resolução nº 1123/2015 CEPE/UEMA; pagamento de Bolsa Produtividade em Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão, conforme Resolução nº 1136/2015 CEPE/UEMA; internacionalização dos cursos de mestrado e doutorado, a partir de missões de trabalho e estudo no Brasil e no exterior; apoio da Editora UEMA para projetos de publicação apresentados pelos cursos; realização do prêmio Dissertação e Tese; realização de prêmio Produção Técnica (produtos e patentes); oferta de cursos de redação de artigos e/ou patentes para docentes e discentes; incentivo aos docentes recém-contratados e recém-doutores; pagamento de Taxas de Bancada para docentes Bolsista Produtividade; criação e manutenção de periódicos; e ciclos de Conferências;

g) Estabelecimento de normas e prazos internos para a apresentação de novas propostas de Programa de Pós-Graduação no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos - APCN da CAPES.

3.2 Caracterização do Corpo Discente

No processo de seleção deste corpo discente, via Processo de Acesso ao Ensino Superior - PAES, mais de 60 % dos estudantes são oriundos de escola pública, atendendo a um perfil específico que a universidade precisa conhecer e ajustar. No ano de 2019, foram 76% oriundos da Rede Estadual de Ensino no vestibular da UEMA (dados PAES 2019).

Os dados de demanda e ofertas distribuídas por ano no último quadriênio segue abaixo:

Quadro 14 – Quadro de Demandas e ofertas

ANO	DEMANDA	OFERTA VERIFICADA	PROCESSO SELETIVO	ANO DE INGRESSO
2017	891	60	PAES	2017.1 e 2017.2
2018	778	70	PAES	2018.1 e 2018.2

2019	1022	116	PAES	2019.1 e 2020.2
-------------	------	-----	------	-----------------

Fonte: Dados do PAES/ASCONS/UEMA.

Abaixo segue também o quadro de rendimento escolar no último quadriênio:

Quadro 15 – Quadro de rendimento escolar

ANO	VAGAS	INGRESSO	TURNO	estudantes MATRICULADOS POR ANO	TURMAS	EVASÃO	DESISTÊNCIA	REPETÊNCIA	MÉDIA DO COEFICIENTE
2017	60	2017.1 e 2017.2	Vespertino e Noturno	60	A	10	3	111	8,07
2018	70	2018.1 e 2018.2	Vespertino e Noturno	70	A	6	1	138	8,14
2019	90	2019.1 e 2019.2	Vespertino e Noturno	116	A	2	7	100	8,76

Fonte: Dados do Curso.

3.3 Apoio Discente e Atendimento Educacional Especializado

A Universidade é um espaço de aprendizagem e, como tal, deve alcançar a todos. A inclusão social deve ser um dos pilares fundamentais de sua filosofia, possibilitando que todas as pessoas façam uso de seu direito à educação.

Dentre as políticas de Educação Inclusiva estão àquelas relacionadas aos estudantes com necessidades especiais (tais como visuais, auditivas e de locomoção), assim como aquelas condizentes com a política de inclusão social, cultural e econômica. Implicando a inserção de todos, sem discriminação de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas ou socioeconômicas e requerendo sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade de estudantes e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.

Desde o momento em que foi aprovada a Resolução nº 231/00 – CONSUN/UEMA, de 29 de fevereiro de 2000, que instituiu o Núcleo Interdisciplinar de Educação Especial, a inclusão tem sido uma das premissas do desenvolvimento desta IES. Dentre outras ações afirmativas, a Resolução assegura condições de atendimento diferenciado nos *campi* da Instituição para estudantes com necessidades especiais.

No intuito de se alinhar ao disposto em Decretos-Leis, Leis e às resoluções do Conselho Nacional de Educação, tais como o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que orienta a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e para fortalecer o compromisso institucional com a garantia de acessibilidade, foi instituído pela Resolução nº 886/2014, de 11 de dezembro de 2014, o Núcleo de Acessibilidade da UEMA (NAU) vinculado à Reitoria.

O núcleo faz o acompanhamento educacional dos estudantes com deficiência (física, visual e auditiva), transtornos de desenvolvimento, altas habilidades, distúrbio de aprendizagem ou em transtornos de saúde mediante a remoção de barreiras físicas/arquitetônicas, comunicacionais e pedológicas.

Tem a finalidade de proporcionar condições de acessibilidade e garantir a permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais no espaço acadêmico, incluindo todos os integrantes da comunidade acadêmica. Operacionaliza suas ações baseado em diretrizes para uma política inclusiva, a qual representa uma importante conquista para a educação, contribuindo para reduzir a evasão das pessoas com

necessidades educacionais especiais. O objetivo do núcleo é viabilizar condições para expressão plena do potencial do estudante durante o ensino e aprendizagem, garantindo sua inclusão social e acadêmica nesta Universidade.

Mas vai além da indicação de necessidades imediatas para o acesso. Trabalha no diagnóstico de demandas e elaboração de projetos, visando à ampliação do acesso. Busca também, fomentar a formação de egressos capazes de atender às demandas dos portadores de necessidades especiais e levar inclusão para além dos portões da universidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece a obrigatoriedade do Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras em curso de Licenciatura e é plenamente cumprido pela UEMA. A disciplina é optativa nos cursos de bacharelado. Para ampliar o alcance e potencializar a inclusão, além de capacitar e disponibilizar docentes para o ensino da disciplina, o NAU oferece, regularmente, o curso de Língua Brasileira de Sinais a toda comunidade acadêmica e ao público em geral.

Buscando contribuir para a efetivação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014), oferece o curso de Transtorno de Espectro Autista – TEA.

Oferece, ainda, os cursos de Sistema Braille, Dificuldades de Aprendizagem, Intervenção Fonoaudiológica nas Alterações da Fala e Linguagem, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, Práticas Pedagógicas Inclusivas, Ecoterapia, Audiodescrição, Educação Inclusiva na Educação Infantil, dentre outros.

Outras políticas institucionais, de apoio ao discente quanto à permanência, implementadas foram: a criação do Programa Bolsa de Trabalho (Resolução nº 179/2015 – CAD/UEMA); a instituição do Programa Auxílio Alimentação, como incentivado pecuniário mensal de caráter provisório em *campi* em que não existem restaurantes universitários (Resolução nº 228/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Moradia, viabilizando a permanência dos estudantes na universidade cujas famílias residam em outro país, estado ou município diferente dos *campi* de vínculo (Resolução nº 230/2017 – CAD/UEMA); o Programa Auxílio Creche, que disponibiliza ajuda financeira aos estudantes (Resolução nº 229/2017 - CAD/UEMA); criação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional e Nacional para estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação (PROMAD).

3.4 Objetivos do Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No que diz respeito aos objetivos perseguidos no Curso de Pedagogia serão os descritos abaixo:

- formar pessoas para atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- proporcionar a compreensão sobre o processo de educação de crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas suas múltiplas dimensões;
- proporcionar a compreensão sobre o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- proporcionar conhecimento para o estudante desenvolver atividades em espaços escolares e não-escolares, levando em consideração a aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- ensinar os fundamentos e metodologias próprias do ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação e

Diversidade Cultural, Educação Especial de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

- demonstrar como relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- estimular o debate e a pesquisa com vistas de desenvolver a consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre estudantes e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental e ecológicos;

sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

- utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos.

3.5 Perfil profissional do egresso

O Licenciado em Pedagogia ou Pedagogo é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Básica. Sua atribuição central é a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento pedagógico em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Básica, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

3.6 Conhecimentos, habilidades e atitudes

Entende-se que a formação do profissional não pode reduzir-se à soma de conhecimentos de habilidades didático-pedagógicas. Trata-se de formar o educador capaz de sintetizar os saberes universais para compreender os sujeitos por ele atendidos; ou seja, entender suas crenças, valores, representações, expressões simbólicas, linguagens, formas de relações entre grupos humanos e diversidades socioculturais.

Os estudantes do Curso de Pedagogia devem possuir um repertório de informações e habilidades composto da pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade,

contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

- Compreender a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo;
- Conhecer a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- Estimular a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;
- Atuar como profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica;
- Estudar o contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;
- Desenvolver ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino e aprendizagem;
- Planejar e executar atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- Participar das atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- Analisar o processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

- Fundamentar-se a partir da leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;
- Analisar conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;
- Promover o desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;
- Sistematizar o registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Pretende-se qualificar profissionais que desenvolvam competências para fazer escolhas pedagógicas de acordo com as necessidades e a realidade da clientela por ele atendida; que esteja capacitado a fundamentar sua prática em uma opção por valores e ideias que o guiem e o ajudem a clarear situações e executar intervenções em todos os momentos que forem solicitados.

Para atender a formação proposta, faz-se necessária uma prática pedagógica contextualizada, significativa, inter e transdisciplinar tendo como sustentação a investigação dos problemas que afetam o processo ensino-aprendizagem e que implique uma ação coletiva de professores que compõem o Curso de Pedagogia - CECEN/UEMA, conforme explícito nos itens listados acima.

3.7 Regime Escolar

Quadro 16 – Regime Escolar do Curso de Pedagogia

	Mínimo	Máximo
Prazo para Integralização Curricular	4 anos (8 Semestres)	6 anos (12 Semestres)
Regime:	Semestral	

Dias anuais úteis:	200
Dias úteis semanais:	6
Semanas matrículas semestrais:	1
Carga horária do currículo:	3.435
Total de créditos do Currículo	183
Horário de Funcionamento* O funcionamento do Curso obedece ao disposto na Resolução nº 1233/2016-CEPE/UEMA, que regulamenta a hora-aula e horários nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão, utilizando o sábado como dia letivo.	Vespertino (13h30 às 18h30) Noturno (18h30 às 21h50)

Fonte: Comissão de Elaboração do Projeto

3.8 Conteúdos Curriculares

A organização do currículo tornou-se necessária porque, com o surgimento da escolarização em massa, precisou-se de uma organização do conhecimento a ser ensinado, ou seja, que as exigências do conteúdo fossem equivalentes entre regiões, considerando a avaliação nacional. É necessário esclarecer o que se entende por currículo, pois existem vários sentidos e definições.

O currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

[...] questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG; SILVA, 2007, p. 1).

Assim, isso implica que essa organização — mediada pelo PPC — deve levar em conta alguns princípios básicos da sua construção. Entre eles destaca-se o processo de desenvolvimento do currículo cultural e, portanto, não neutro nem estático, pelo contrário, ele é, e continua sendo construído. Sendo assim, organiza-se a partir das seguintes temáticas referenciadas nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelados e Licenciaturas, naquilo que trata a Pedagogia:

História, Filosofia e Sociologia da Educação; Fundamentos da Infância; Didática; Pesquisa e Prática Pedagógica; Alfabetização e Letramento; Conteúdos e Métodos: da Educação Infantil, da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino da Língua Portuguesa, da Matemática, da História, da Geografia, das Ciências, das Artes e da Educação Física; Psicologia da Educação; Psicopedagogia; Educação Comparada; Educação Não-Formal; Legislação Educacional; Organização do Trabalho Docente; Teoria e Prática de Currículo; Políticas Educacionais; Gestão Educacional e Escolar; Planejamento Educacional e de Ensino; Avaliação Educacional e de Ensino; Literatura Infante-Juvenil; Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação; Educação Inclusiva; Probabilidade e Estatística; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pluralidade Cultural e Orientação Sexual; Ética e Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) (BRASIL, 2010, p.88).

3.9 Matriz Curricular

A Matriz Curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura do CECEN/UEMA atende às recomendações da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica em nível superior e que são reafirmadas pela Resolução 1264/2017 – CEPE/UEMA. Esta Matriz considera o processo de formação humana, envolvendo as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras. Neste projeto, a Resolução CNE/CP nº 2 de dezembro de 2019 ainda não está na sua plenitude contemplada, mas muito do que foi instituído na referida resolução já vem implantado no curso.

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia Licenciatura observa também as determinações legais nacionais, estaduais e institucionais, que norteiam as instituições formadoras, definem o perfil, a atuação e os requisitos básicos necessários à formação profissional do Pedagogo, quando estabelece competências e habilidades, conteúdos curriculares, estágios e atividades complementares desenvolvidas nos cursos de formação de professores.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime semestral, distribuídas em três núcleos de organização dos conteúdos, conforme descrito abaixo:

I – núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias e das diversas realidades educacionais;

II – núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto

pedagógico dos cursos, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará outras possibilidades;

III – núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em várias atividades.

Quadro 17 – Matriz Curricular

DISCIPLINA	CH
Leitura e Produção Textual	60
História da Educação	60
Filosofia	60
Sociologia	60
Psicologia	60
Metodologia Científica	60
Fundamentos Antropológicos da Educação	60
Filosofia da Educação *	60
Sociologia da Educação*	60
Psicologia do Desenvolvimento	60
Metodologia da Pesquisa em Educação*	60
Prática Curricular na Dimensão Político-Social	135
Psicologia da Aprendizagem	60
História da Educação Brasileira*	60
Ludicidade e Educação *	60
Linguística Aplicada e Ensino	60
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60
Prática Curricular na Dimensão Educacional	135
Literatura Infanto-Juvenil	60
Avaliação Educacional e Escolar*	60
Política Educacional Brasileira*	60
Didática*	60
Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil	60
Prática Curricular na Dimensão Escolar	135
Letramento e Alfabetização	60
Planejamento Educacional e Escolar*	60
Currículo*	60
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	60
Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte	60
Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	60
Tecnologias Aplicadas ao Ensino	60
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60
Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	60
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	60

Educação Especial e Inclusiva	60
Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil	135
Organização do Trabalho Pedagógico	60
Gestão Educacional e Escolar*	60
Educação em Espaços não Escolares	60
Optativa I	60
Educação e Diversidade Cultural	60
Estágio Curricular Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	135
Fundamentos e Metodologia de Educação de Jovens e Adultos	60
Educação e relações étnico-raciais	60
Optativa II	60
Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas	135
Atividades Teórico-Práticas – ATP	225
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	-

Fonte: Dados do Curso de Pedagogia, 2019.

3.9.1 Estrutura curricular

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA						
Cód.	1º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Leitura e Produção Textual	NC	60	4	0	4
2	História da Educação	NE	60	4	0	4
3	Filosofia	NC	60	4	0	4
4	Sociologia	NC	60	4	0	4
5	Psicologia	NC	60	4	0	4
6	Metodologia Científica	NC	60	4	0	4
SUBTOTAL			360	24	0	24
Cód.	2º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Fundamentos Antropológicos da Educação	NE	60	4	0	4
2	Filosofia da Educação *	NC	60	4	0	4
3	Sociologia da Educação*	NC	60	4	0	4
4	Psicologia do Desenvolvimento	NE	60	4	0	4
5	Metodologia da Pesquisa em Educação*	NE	60	4	0	4
6	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Cód.	3º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	

1	Psicologia da Aprendizagem	NE	60	4	0	4
2	História da Educação Brasileira*	NE	60	4	0	4
3	Ludicidade e Educação *	NE	60	4	0	4
4	Linguística Aplicada e Ensino	NE	60	4	0	4
5	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	NC	60	4	0	4
6	Prática Curricular na Dimensão Educacional	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Cód.	4º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Literatura Infanto-Juvenil	NE	60	4	0	4
2	Avaliação Educacional e Escolar*	NC	60	4	0	4
3	Política Educacional Brasileira*	NC	60	4	0	4
4	Didática*	NC	60	4	0	4
5	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil	NE	60	4	0	4
6	Prática Curricular na Dimensão Escolar	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Cód.	5º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Letramento e Alfabetização	NE	60	4	0	4
2	Planejamento Educacional e Escolar*	NE	60	4	0	4
3	Currículo*	NC	60	4	0	4
4	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	NE	60	4	0	4
5	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte	NE	60	4	0	4
6	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	NE	60	4	0	4
SUBTOTAL			360	24	0	24
Cód.	6º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Tecnologias Aplicadas ao Ensino	NE	60	4	0	4
2	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	NE	60	4	0	4
3	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	NE	60	4	0	4
4	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	NE	60	4	0	4
5	Educação Especial e Inclusiva	NC	60	4	0	4
6	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil	NE	135	0	3	3

SUBTOTAL			435	20	3	23
Cód.	7º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Organização do Trabalho Pedagógico	NE	60	4	0	4
2	Gestão Educacional e Escolar*	NC	60	4	0	4
3	Educação em Espaços não Escolares	NE	60	4	0	4
4	Optativa I	NL	60	4	0	4
5	Educação e Diversidade Cultural	NE	60	4	0	4
6	Estágio Curricular Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	NE	135	0	3	3
SUBTOTAL			435	20	3	23
Cód.	8º PERÍODO - DISCIPLINAS	Núcleo	CH	Créditos		Total
				Teóricos	Práticos	
1	Fundamentos e Metodologia de Educação de Jovens e Adultos	NE	60	4	0	4
2	Educação e relações étnico-raciais	NC	60	4	0	4
3	Optativa II	NL	60	4	0	4
4	Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas	NE	135	0	3	3
5	Atividades Teórico-Práticas - ATP	-	225	0	5	5
6	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	-	-	-	-	-
SUBTOTAL			540	12	8	20
CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS TOTAIS DO CURSO			3.435	160	23	183
* Disciplinas de Formação Pedagógica						

NÚCLEO ESPECÍFICO

NÚCLEO ESPECÍFICO					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	História da Educação	60	4	0	4
2	Fundamentos Antropológicos da Educação	60	4	0	4
3	Psicologia do Desenvolvimento	60	4	0	4
4	Metodologia da Pesquisa em Educação*	60	4	0	4
5	Psicologia da Aprendizagem	60	4	0	4
6	História da Educação Brasileira*	60	4	0	4
7	Ludicidade e Educação *	60	4	0	4
8	Linguística Aplicada e Ensino	60	4	0	4
9	Literatura Infante-Juvenil	60	4	0	4
10	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil	60	4	0	4

11	Letramento e Alfabetização	60	4	0	4
12	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	60	4	0	4
13	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Arte	60	4	0	4
14	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	60	4	0	4
15	Tecnologias Aplicadas ao Ensino	60	4	0	4
16	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60	4	0	4
17	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	60	4	0	4
18	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	60	4	0	4
19	Organização do Trabalho Pedagógico	60	4	0	4
20	Educação em Espaços não Escolares	60	4	0	4
21	Educação e Diversidade Cultural	60	4	0	4
22	Planejamento Educacional e Escolar	60	4	0	4
23	Fundamentos e Metodologia de Educação de Jovens e Adultos	60	4	0	4
24	Prática Curricular na Dimensão Político-Social	135	0	3	3
25	Prática Curricular na Dimensão Educacional	135	0	3	3
26	Prática Curricular na Dimensão Escolar	135	0	3	3
27	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil	135	0	3	3
28	Estágio Curricular Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental	135	0	3	3
29	Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas	135	0	3	3
TOTAL		2190	92	18	110

NÚCLEO COMUM

NÚCLEO COMUM					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Leitura e Produção Textual	60	4	0	4
2	Filosofia	60	4	0	4
3	Sociologia	60	4	0	4
4	Psicologia	60	4	0	4
5	Metodologia Científica	60	4	0	4
6	Filosofia da Educação *	60	4	0	4
7	Sociologia da Educação*	60	4	0	4
8	Língua Brasileira de Sinais – Libras	60	4	0	4
9	Avaliação Educacional e Escolar*	60	4	0	4
10	Política Educacional Brasileira*	60	4	0	4
11	Didática*	60	4	0	4

12	Currículo*	60	4	0	4
13	Educação Especial e Inclusiva	60	4	0	4
14	Gestão Educacional e Escolar*	60	4	0	4
15	Educação e relações étnico-raciais	60	4	0	4
TOTAL		900	60	0	60

NÚCLEO LIVRE

NÚCLEO LIVRE					
Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
			Teóricos	Práticos	
1	Tópicos Emergentes em...	60	4	0	4
2	Educação Popular e Movimentos Sociais	60	4	0	4
3	Estatística Aplicada à Educação	60	4	0	4
4	História da Educação do Maranhão	60	4	0	4
CARGA HORÁRIA TOTAL EXIGIDA PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR			120 h		

3.9.2 Ementários e referências das disciplinas do curso

1º PERÍODO	
DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CH: 60
EMENTA: Linguagem. Texto e textualidade. Gramática do texto, Critérios para a análise da coerência e da coesão. Intertextualidade. Prática de leitura e produção de textos.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
KÖCHE, Vanilda Salton. Leitura e produção textual . 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes 2009	
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever estratégias de produção textual . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.	
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação . 5.ed. São Paulo: Ática, 2006.	
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2007. (Ática Universidade).	
FONTANA, Niura Maria; PORSCHE, Sandra Cristina. Leitura, escrita e produção oral: propostas para o ensino superior introdução, pessoas e bens. Caxias do Sul, RS:	

EDUCS, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MARCUSHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo, Parábola, 2008. 296 p.

MIRANDA, Elany Cássia Pereira; DINIZ, Eliene Gomes; AZEVEDO, Magda Mara Silva. *et al* **Leitura e produção textual**. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, João Augusto Lustosa. **Dinamizando a leitura e a produção textual através do jornal online no ensino fundamental**. São Paulo, 2015.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CH: 60

EMENTA: Abordagens teórico-metodológicas no campo da investigação da História e da História da Educação. Concepções de Educação nas sociedades: Primitiva, Antiguidade Oriental, Antiguidade Grega e Romana, Medieval, Moderna e Contemporânea.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARANHA, Maria de Arruda. **História da educação e da pedagogia** - geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna 2006.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2000.

GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 2002.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo, Nacional, 2000.

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SANFELICE, José Luís. **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2011.

DISCIPLINA: FILOSOFIA

CH: 60

EMENTA: O conhecimento filosófico: natureza e objeto. Fundamentação filosófica do homem e do mundo. A crítica do conhecimento. A sociedade, o estado e os valores no tempo e no espaço. As correntes filosóficas e a realidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COLLINSON, Diané. **50 grandes filósofos: da Grécia Antiga ao século XX**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 287 p.

KOHAN, Walter Omar; XAVIER, Ingrid Müller (org.). **Abecedário de criação filosófica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009. 260p.

LIMA, Alcimar A. de Souza. **Acontecimento e linguagem: ensaios de psicanálise e complexidade**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010. (Coleção clínica psicanalítica).
SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Adorno**. São Paulo: Publifolha, 2003. 104 p. (Folha explica).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AQUINO, Júlio Groppa; CORAZZA, Sandra Mara (org.). **Abecedário: educação da diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

DUARTE, Rodrigo. **Adorno / Horkheimer e a dialética do esclarecimento**. 2.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004. 68 p.

PALMER, Joy A. (org.). **50 grandes educadores modernos: de Piaget a Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA**CH: 60**

EMENTA: A Sociologia no campo do conhecimento: objeto e origem histórica. Análise da realidade social. Conceitos. Teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. Estado, Sociedade e organizações sociais. Classes e mudanças na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PINSKY, Jaime. **12 faces do preconceito**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005. 190p. ISBN 8528610136 (broch.)

TELLES, Sarah Silva; OLIVEIRA, Solange Luçam de (org.). **Os sociólogos: de Auguste Comte a Gilles Lipovetsky**. Petrópolis: Vozes, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valer Roberto. **Afirmando diferenças/ montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2015. ISBN 9788544900468.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
RIUTORT, Philippe. **Compêndio de sociologia**. São Paulo: Paulus, 2008.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA	CH: 60
<p>EMENTA: Fundamentos da Psicologia: história, métodos e atualidades. A dimensão psicossocial do indivíduo: comportamento humano. Os processos psíquicos e a formação da personalidade.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>ALMEIDA, Laurinha Ramalho de; MAHONEY, Abigail Alvarenga (org.). Afetividade e aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2007.</p> <p>BARDARI, Sérsi. A alquimia do adulescer: a literatura para juventude como rito de passagem. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2012. 198 p. (Coleção re-significando linguagens).</p> <p>GURFINKEL, Decio. Adições. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014. (Coleção clínica psicanalítica).</p> <p>LEITE, Sérgio Antonio da Silva. Afetividade e práticas pedagógicas. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.</p> <p>MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (org.). A Constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon. São Paulo: Loyola, 2004. 148 p. (Coleção educação personalizada).</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>PINSKY, Jaime. 12 faces do preconceito. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 123 p. (Vivendo a história).</p> <p>SABINO, Simone. O afeto na prática pedagógica e na formação docente/ uma presença silenciosa. São Paulo: Paulinas, 2012. 239 p. (Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura).</p> <p>TELES, Maria Luiza Silveira. Aprender psicologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p>	
DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA	CH: 60
<p>EMENTA: Epistemologia do conhecimento científico. A questão do método e do processo do conhecimento científico. Pressupostos básicos do trabalho científico. Pesquisa como atividade básica da ciência. Normalização do trabalho acadêmico – científico.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Altas, 2000.</p> <p>BURGE, Mario. Ciência e desenvolvimento. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.</p> <p>CERVO, L. e BERVIANP. A. Metodologia científica. São Paulo: McGraw- Hilldo Brasil, 2000.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamento de metodologia</p>	

científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMPLEMENTARES:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Roberto Alves. **O confronto entre Thomas Kuhn e Imre Lakatos sobre a Racionalidade Científica**. São Luís: EDUEMA, 2015.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

CH: 60

EMENTA: A formação da Antropologia como ciência: marcos para uma história do pensamento antropológico, construção e desenvolvimento da Antropologia. O homem, a cultura e a sociedade: conceitos que fazem a interface entre Antropologia e Educação. Antropologia, educação e diversidade: as contribuições da Antropologia para um trabalho pedagógico que valorize a diversidade étnico-cultural. Multiculturalismo e educação. A questão da identidade étnica na sala de aula.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CASTRO, Celso. (org.). *In: Franz Boas – antropologia cultural*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2004.

CORREA, Katia Núbia Ferreira. **Muita terra para pouco índio?:** O processo de demarcação da Terra Indígena Krikati. São Luís: Edições UFMA/PROIN-CS, 2000.

DAUSTER, Tania. **Antropologia e Educação:** um saber de fronteira. Rio de Janeiro: Editora Forma & Ação, 2007.

SOUSA, Emilene Leite de. **Umbigos Enterrados:** Corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância. Florianópolis: Editora UFSC, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOMES, Mercio Pereira. **Antropologia/ ciência do homem:** filosofia da cultura. São

Paulo: Contexto, 2008.	
FREITAS, Marcos Cezar de. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013. 118 p. (Coleção educação & saúde; 9)	
DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	CH: 60
EMENTA: Filosofia da Educação e suas raízes históricas. Fundamentos filosóficos da educação: concepção humanista — tradicional e moderna. A Filosofia da práxis e a dimensão ontológica da educação. Problemas básicos em Filosofia da Educação. Educando e educador: ideologia e utopia, repressão e libertação. Filosofia da educação no contexto brasileiro.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
ARANHA, M.L.A. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2006.	
COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.	
GHIRALDELLI JR., P. Filosofia da Educação. São Paulo: Ática, 2006.	
JAEGER, Werner. Paideia: A formação do homem grego. Tradução Artur M. Parreira. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.	
KOHAN, Walter O. Infância: entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. São Paulo: Moderna, 2006.	
JORDÃO, Antônio Eduardo. Agostinho: educação e fé na Cidade de Deus. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.	
MORIN, E. Os sete saberes necessários a educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.	
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	CH: 60
EMENTA:	
Teorias sociológicas da educação: estudo das concepções teóricas nas perspectivas não-crítica e crítica. Sociedade e educação: estabilidade e conflito social, cultura e valores.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. 13. ed. Petrópolis, Vozes, 2012.	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre teias e tramas de aprender e ensinar-anotações a respeito de uma antropologia da educação. InterAção , Goiânia, 2007.	
GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2008.	

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** p. 39-61. KENSKI, Rafael. Vencendo na raça. **Revista Superinteressante**, edição 187, abr.2003, p.42-50.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica: Alternativas de mudança.** 47. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 17. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

CH: 60

EMENTA: Fundamentação da Psicologia do Desenvolvimento. Processo de desenvolvimento humano. Caracterização da infância, adolescência e contexto social. As teorias do desenvolvimento. A atuação docente no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado/ sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 134 p. (Coleção Educação e conhecimento).

KAIL, Robert V. **A criança.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

VIGOTSKY, L. S. **O desenvolvimento psicológico na infância.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 326 p. (Psicologia e pedagogia).

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARDARI, Sérsi. **A alquimia do adulescer: a literatura para juventude como rito de passagem.** 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2012. 198 p. (Coleção re-significando linguagens).

GRIFFA, Maria Cristina; MORENO, José Eduardo. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento: vida pré-natal, etapas da infância: tomo 1.** São Paulo: Paulinas, 2001.

RANGEL, Annamaria Píffero. **Construtivismo: apontando falsas verdades.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

CH: 60

EMENTA: Bases epistemológicas da pesquisa em Educação. Abordagens e tipos da pesquisa em educação. Elementos estruturantes do projeto e do relatório de pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 2010.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologia**. Chapecó, Argos, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

KÖCHE, José Carlos. **Pesquisa Científica: critérios epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.

NASCIMENTO, Victor Wladimir Cerqueira. **Introdução à Metodologia científica**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.

DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO POLÍTICO-SOCIAL

CH: 135

EMENTA: Atividade investigativa, no contexto educacional, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão político social da Educação, proporcionando a compreensão das funções social e política da escola, envolta por problemáticas sociais, culturais e educacionais, em uma visão interdisciplinar e multidisciplinar.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARQUES, Ana Claudia Pessoa dos Santos; FALCÃO, Emmanuel Fernandes; QUEIROGA, Maria do Socorro Nóbrega (org.). **Pesquisa em educação: novos temas, novas abordagens**. João Pessoa: UFPB, 2013.

PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Tom (org.). **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI**. Brasília,DF: UNB, 2006.

LÜDEK, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro, EPU, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARTINS, Jorge Santos. **Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LÜDEK, Menga (coord.). **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2001.

HENDGES, Graciela Rubuske; MOTTA-ROTH, Désirée. **Produção textual na Universidade**. São Paulo: Parábolas, 2010.

SZYMANSKI, Heloisa. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília, Liber Livro, 2011.

3º PERÍODO**DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM****CH: 60**

EMENTA: Concepções de Psicologia da Educação. Fatores psicológicos e o processo ensino-aprendizagem. As teorias da aprendizagem e suas implicações no processo ensino-aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Escolar**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BOCK, Ana Mercês *et al.*. **Psicologias: uma Introdução ao estudo de Psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

COLL, César *et al.*. **O Construtivismo na sala de aula**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FONTANA, David. **Psicologia para professores**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. 12. ed. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2001.

SALVADOR, C. C. *et al.*. **Psicologia do Ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOSSA, N. A. **Dificuldades de aprendizagens: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: Artmed, 2000.

DROVEY, Ruth Caribe da R. **Distúrbio da aprendizagem**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2010.

VIGOSTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**CH: 60**

EMENTA: A educação no contexto histórico da formação do Estado Brasileiro: período Colonial até os dias atuais. A educação no contexto neoliberal. Educação maranhense: aspectos sócio-histórico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ARANHHA, Maria de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna 2000.
- FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. São Paulo: Alínea, 2001.
- FREITAG, Bárbara. **Escola Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes 2000.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação escola: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Córtes, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa & ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara (SP): UNESP, 2006.
- STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005 (3 volumes).

DISCIPLINA: LUDICIDADE E EDUCAÇÃO**CH: 60**

EMENTA: Concepções sobre ludicidade. O lúdico e o desenvolvimento integral da criança. A história e a importância das brincadeiras e dos jogos. O direito de brincar na legislação brasileira. Práticas pedagógicas lúdicas no processo ensino-aprendizagem de crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como em espaços não escolares.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil**. Salvador, EDUFBA, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. **Referenciais para a formação de professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental**. Brasília/DF, 1999.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução de João Paulo Monteiro. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Estudos, 4).
- MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincadeiras para sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SILVA, Americo Junior Nunes da; TEIXEIRA, Heurisgleides Sousa. **Ludicidade e Formação de Professores e diálogo**. 1.ed. São Paulo: Appris, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<p>BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Questões da nossa época, 43).</p> <p>MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.</p>	
DISCIPLINA: LINGUÍSTICA APLICADA E ENSINO	CH: 60
<p>EMENTA: A Linguística Aplicada como área de conhecimento e pesquisa: da sua emergência à sua configuração na atualidade. Teorias linguísticas e ensino de língua portuguesa na escola. O ensino e a aprendizagem da língua portuguesa na escola: prática de leitura e produção de textos em sala de aula.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. 11. ed. São Paulo: Scipione, 2009. 2012 176p.</p> <p>CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção pensamento na sala de aula).</p> <p>ILARI, Rodolfo. A linguística e o ensino da língua portuguesa. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 120p.</p> <p>RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares. Campinas; Pontes, 2009. 93p.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2016. 123 p.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<p>FIGUEIREDO, Olívia Maria. A anáfora nominal em textos de estudantes: a língua no discurso. Lisboa: FCG, 2003. 430 p. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Análise da conversação. 6.ed. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>SOUSA, Ricardo Cardoso de. 'O poeta da Roça': Os metaplasmos como elementos essenciais à escola poesia popular de Patativa do Assaré. 2015. 70f</p>	
DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	CH: 60
<p>EMENTA: Língua Brasileira de Sinais: histórico e fundamentos legais. A singularidade linguística de LIBRAS e seus efeitos sobre a aquisição da linguagem e aquisições culturais. Noções práticas de LIBRAS: gramática, vocabulário e conversação.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>ADOBE CREATIVE TEAM. Libras. Editora Intersaberes, Rio de Janeiro, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Educação especial: língua brasileira de</p>	

sinais. Brasília, MEC: 1997. v. 3; 127 p. (Atualidades pedagógicas; 4)

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábolas Editorial, 2009. 87p.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 5.ed. Rio Grande do Sul, Editora Mediação, 2013.

SILVEIRA, Carolina Hessel. **Libras I:** 4º semestre. Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2005. 64 p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO - FIEMA. **Glossário de termos técnicos em libras:** Curso Técnico em Informática. São Luís: SENAI, 2016.

FREITAS, Jozelia Gomes. **A inclusão do surdo no ensino fundamental mediada pelo intérprete de libras.** São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Cláudio Regina Alves. **A literatura surda como subsídio dinamizador no processo de letramento da pessoa surda.** Rio de Janeiro, 2015.

DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO EDUCACIONAL

CH: 135

EMENTA: Atividade investigativa, no contexto educacional, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão Educacional sobre os saberes da docência, significação social da profissão e relevância da atividade docente no espaço pedagógico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. **Produção textual na Universidade.** São Paulo: Parábolas, 2010.

LÜDEK, Menga (coord). **O professor e a pesquisa.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: EPU, 2014.

MARTINS, Jorge Santos. **Projetos de pesquisa:** estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica:** conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

<p>MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena T. Alves. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília/DF: Plano, 2002.</p> <p>SZYMANSKI, Heloisa. A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília/DF: Liber Livro, 2011.</p> <p>NIND, M.; CURTIN, A.; HALL, K. Métodos e Pesquisa para a Pedagogia. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2019.</p>	
4º PERÍODO	
DISCIPLINA: LITERATURA INFANTO – JUVENIL	CH: 60
<p>EMENTA: História da literatura infanto-juvenil. Subgêneros literários. A literatura infanto-juvenil e o significado social para a criança. Procedimentos metodológicos e sugestões de atividades pedagógicas.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS (5)</p> <p>BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p> <p>CAVALCANTI, Joana. Caminhos da literatura infantil e juvenil. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.</p> <p>COELHO, Nelly Novaes. O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos. São Paulo: DCL, 2003.</p> <p>GÓES, Lúcia Pimentel. Olhar de Descoberta. São Paulo: Paulinas, 2004.</p> <p>GÓES, Maria da Glória Viana. A importância da literatura infantil na alfabetização. 2007.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>CRUZ, Mariele Santos da; PEREIRA, Sandy Rocha. A contribuição dos contos infantis na formação crítica e humanística do leitor. São Paulo, 2012. 63p.</p> <p>FARIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 2015.</p> <p>ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2005.</p>	
DISCIPLINA: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR	CH: 60
<p>EMENTA: Políticas de avaliação da educação no Brasil. Avaliação educacional e escolar: concepções, objetivos e níveis. Avaliação da aprendizagem: técnicas, instrumentos e modelos.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	

DEMO, Pedro. **Avaliação Quantitativa**. São Paulo: Cortez. 2000.

ESTEBAN, M^a. Teresa. **Avaliação: Uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERREIRA, Lucinete *et al.* **Retratos da avaliação: conflito, desvirtuamento e caminhos para a suposição**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

HOFFMAN, Jussara Maria L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOFFMAN, Jussara Maria L. **Avaliar para promover as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHUEIRI, M, S, F. **Concepções sobre avaliação escolar. Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, jan./abr. São Paulo, 2008.

ESTEBAN, M. T. A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano. **Revista Brasileira de educação**, n.19, jan-abr, São Paulo, 2002, p.129-137.

FREITAS, L. C. Qualidade negociada: Avaliação e contrarregulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas,v. 26, n.92,p.911-933, out. 2005(Campinas: Centro de estudos Educação e Sociedade).

DISCIPLINA: POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

CH: 60

EMENTA: Políticas educacionais: determinantes políticos, históricos e sociais. Aspectos legais, normativos e organizacionais das políticas educacionais no Brasil.

O Plano de Desenvolvimento da Educação como política para a educação no Brasil na atualidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**.18. ed.Campinas: Papyrus, 2003.

LIBÂNEO, J; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

MENESES, João Alberto de Carvalho *et al.* **Estrutura e Funcionamento da Educação básica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRZEZINSKI, Iri (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico – compreensiva artigo a artigo**. 6. ed.

<p>Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.</p> <p>SAVIANI, D. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. 4.ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.</p>	
DISCIPLINA: DIDÁTICA	CH: 60
<p>EMENTA: Relação entre didática, sociedade, educação, escola e Prática Pedagógica. Saberes necessários na formação do profissional professor (a) na construção de identidade docente. Organização da dinâmica de prática pedagógica em sala de aula.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>GANDI, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2002.</p> <p>LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento, plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 2002.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>ANTUNES, Celso. Como Desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>PERRENUOD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>TOSI, Maria Raineldes. Planejamento, programas e projetos. Campinas: Alínea, 2001.</p>	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	CH: 60
<p>EMENTA: Contexto histórico, político, legal e social da Educação Infantil. Concepções de criança, infância e educação infantil. Fundamentos teóricos, metodológicos e recursos didáticos da Educação Infantil. Proposta e organização do trabalho e Práticas pedagógicas na creche e pré-escola. Planejamento, projetos didáticos e avaliação.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: MEC, 1996.</p> <p>_____. Resolução nº1/99 – Diretrizes Curriculares da educação infantil. Brasília, MEC, 1999.</p> <p>BRASIL. Referencias Curricular Nacional para a educação Infantil. Brasília/DF, MEC SEF COEDI, 1999.</p> <p>BRITO, Teca Alencar de. Música na Educação Infantil: Propostas para a Formação</p>	

<p>Integral da Criança. Rio de Janeiro – RJ, Petrópolis, 2003.</p> <p>CARDOSO, Bruna Puglisi de Assunção. Práticas de Linguagem oral e escrita na educação infantil. São Paulo: Editora Anzol, 2012.</p> <p>HOFFMAN, Jussara. Avaliação na pré-escola. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.</p> <p>CUNHA, Suzana Rangel. Cor, Som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p> <p>FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (org.). Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	
DISCIPLINA: PRÁTICA CURRICULAR NA DIMENSÃO ESCOLAR	CH: 135
<p>EMENTA: Atividade investigativa, no contexto escolar, de articulação entre os demais componentes curriculares, as diversas disciplinas e áreas específicas de interesse do estudante à dimensão Escolar sobre a formação dos saberes da docência, considerando a dimensão democrática e participativa na escola com vistas a elevar a qualidade da educação na Educação Básica.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>DALMAS, Ângelo. Planejamento participativo na escola. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.</p> <p>LÜDEK, Menga (coord.). O professor e a pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 2001.</p> <p>_____; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: EPU, 2014.</p> <p>GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 2006.</p> <p>VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo, Libertad, 2006.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. Produção textual na Universidade. São Paulo: Parábolas, 2010.</p> <p>LIBÂNEO, José C. Organização e gestão escolar: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2015.</p> <p>MARTINS, Jorge Santos. Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005.</p>	
5º PERÍODO	

DISCIPLINA: LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO	CH: 60
<p>EMENTA: Relação linguagem, cultura, sujeito e ensino da língua. Contribuições da Psicolinguística e da Sociolinguística. A leitura e escrita como produções sociais. A prática pedagógica alfabetizadora na perspectiva de letramento e saberes docentes. Estudo e análise de recursos didáticos e procedimentos de avaliação no campo da alfabetização.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>FERREIRO, Emília. Reflexões Sobre a Alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>KLEIMAN, Angela B. Significados e Ressignificações do Letramento: Desdobramentos de uma Perspectiva Sociocultural Sobre a Escrita, São Paulo, 2015.</p> <p>KLEIMAN, A. B. (org.). Os Significados do Letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2003.</p> <p>SOARES, Magda. Letramento: Um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</p> <p>TFOUNI, L. V. (1995). Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>CAGLIARI, L. Alfabetização e Linguística. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>TEBEROSKY, Ana. Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. <i>In</i>: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). Práticas de Leitura e Escrita. 1. ed. Brasília, Ministério da Educação, 2006.</p>	
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR	CH: 60
<p>EMENTA: Planejamento educacional: concepções, objetivos e funções. Evolução histórica das políticas de planejamento da educação brasileira. Níveis e gestão do planejamento educacional. Planejamento escolar: articulação entre projeto político pedagógico, plano de ação, projeto didático e planos de ensino.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>GANDIN, Adriana Beatriz. Metodologia de projeto na sala de aula: relato de uma experiência. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>GUIMARÃES, E. <i>et al.</i> O coordenador pedagógico e a educação continuada. São Paulo: Loyola, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Antonio Carlos. Projeto pedagógico e práticas interdisciplinares: uma abordagem para os temas transversais. São Paulo: Avercamp, 2005.</p> <p>PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico. São Paulo: Cortez, 2001.</p>	

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar, como planejar? Currículo, área, aula.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MENESES, João Gualberto *et al.* **Educação Básica:** políticas, legislação e gestão – Leituras. São Paulo/SP: Pioneira Thomson Learning, 2004.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto educacional e projeto pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.

DISCIPLINA: CURRÍCULO

CH: 60

EMENTA: História e Concepções de Currículo. Teorias curriculares. Políticas curriculares: legislação e propostas curriculares. Planejamento, avaliação e adaptações curriculares.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA. Monserrat. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho.** 5.ed. São Paulo: Artmed, 2017.

IMBERNÓN, J. (org.). **A Educação no Século XXI:** Os desafios do futuro imediato. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

LOPES, A.C. & MACEDO. Elizabete. **Currículo:** debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção, Cultura, Memória e Currículo). 2.v.

LOPES, A.C. & MACEDO. Elizabete. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo:** campo, conceito e pesquisa. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. *In:* MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (org.) **Currículo, cultura e sociedade.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 7-37.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SACRISTÀN, J.G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVATER, F. **O Valor de Educar.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SAVIANI, N. **Saber Escolar, Currículo e Didática.** São Paulo: Autores Associados, 2010.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Ciências Naturais. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Ciências Naturais. Os conhecimentos de Ciências Naturais nos anos iniciais. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BIZZO, N. **Falhas no Ensino de Ciências**. Ciência Hoje. 27, n. 159, p. 26- 31. 2000.

CACHAPUZ, A. *et al.* **A necessária renovação do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 3. ed. Ijuí: 2003.

DELIZOCOIV *et al.* **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2003.

ECHEVERRÍA, A. R.; ZANON, L. B. (org.). **Formação Superior em Química no Brasil – Práticas e Fundamentos curriculares**. Ijuí: Unijuí, 2010.

GALIAZZi, M. C e MORAES, R. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de Ciências. **Revista Ciência e Educação**, v. 8, n. 2, p. 237-252, São Paulo, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GIL-PÉREZ, D. *et al.* Para uma Imagem não Deformada no Ensino de Ciências. **Revista Ciência e Educação**. Bauru, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001.

KRASILCHIK M. e MARANDINO, M. **Ensino de Ciências e Cidadania**. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

MALDANER, O. A.; ZANON, L. B. (org.). **Fundamentos e Propostas de Ensino de Química para a Educação Básica no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

SCHNETZELER, R. P. Educação Química no Brasil: 25 anos de ENEQ - Encontro Nacional de Ensino de Química. *In*: ROSA, M. I. P.; ROSSI, A. V. (org.). **Educação Química no Brasil: Memórias, políticas e tendências**. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Átomo, 2012. p. 17–38.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Arte. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Arte. Os conhecimentos das Arte nos anos iniciais. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARCHER, M. **Arte contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARBOSA, A M. **Arte/educação contemporânea: consonâncias Internacionais**. São Paulo; Cortez, 2005.

FERREIRO, E. **A Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

IAVELBERG, R. **O Desenho Cultivado da Criança – Prática e Formação de Educadores**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<p>BARBOSA, A M. Arte/educação contemporânea: consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>IAVELBERG, Rosa. Cap. IV, V e VI. <i>In: O Desenho Cultivado da Criança: práticas e formação de educadores</i>. Porto Alegre: Zouk, 2006. p 51-72.</p> <p>WILSON, Brent. “Mudando conceitos da criação artística: 500 anos de arte - educação para crianças”. <i>In: (org.). Barbosa, Ana Mae. Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais</i>. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 81,97.</p>	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA	CH: 60
<p>EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Matemática. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Matemática. Os conhecimentos da Matemática nos anos iniciais. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>ALVES, Eva Maria Siqueira. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. São Paulo – SP: Papirus, 2001.</p> <p>BIEMBENGUT, Maria Salete <i>et al.</i> Modelagem Matemática no Ensino. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.</p> <p>BORGES, Regina Maria Rabello, ROCHA João Bernardes da, BASSO, Nara Regina de Souza. Avaliação e interatividade na educação básica em ciências e matemática. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.</p> <p>GOLBERT, Clarissa S. Novos Rumos na Aprendizagem da Matemática: conflito, reflexão e situações-problemas. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p> <p>LORENZATO, Sergio. Para aprender matemática. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.</p>	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
<p>BORBA, Marcelo. Educação Matemática e novas tecnologias. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.</p> <p>CARVALHO, Dione Luchesi de Metodologia do ensino da matemática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>D’AMBROSIO, Ubiratan. EtnoMatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.</p>	
6º PERÍODO	
DISCIPLINA: TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO	CH: 60

EMENTA: Recursos pedagógicos e o ensino. Evolução da tecnologia e suas consequências para a vida do homem e as possibilidades e limites no processo ensino aprendizagem. As mudanças no ensino brasileiro a partir da tecnologia da informação. O uso do computador como recurso tecnológico no processo de ensino e aprendizagem. Estudo teórico-prático dos recursos computacionais aplicados ao ensino (aplicativos, Internet, multimídia e outros). Educação a distância.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

SANTOS, Maria José dos. '**Com licença!**' as novas tecnologias batem à porta do espaço escolar: relações entre as NTC e o trabalho docente. São Luís: Café e Lápis, 2012. EDUFMA, FAPEMA.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. **Educação para Mídia**. Cadernos de Debate da Classificação Indicativa. Brasília, MJ, 2014.5.v.

CARVALHO, Ana Amélia A. (org.). **Apps para dispositivos Móveis. Manual para professores formadores e bibliotecas**. Portugal: Ministério da Educação, 2015.

PIMENTEL, Fernando Silva Cavalcante. **A aprendizagem das crianças na cultura digital**. Maceió: EDUFAL, 2017.

SILVEIRA, Ricardo Azambuja; FERREIRA FILHO, Raymundo Carlos Machado (org.). **Ações institucionais de avaliação e disseminação de tecnologias educacionais**. 1. ed. Porto Alegre: RS: JSM Comunicação, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LORENZONI, Marcela. **Pequeno Glossário de Inovação Educacional**. São Paulo:Geekie, 2016.

PEREIRA, Sara; FILLOL, Joana; MOURA, Pedro. **Levar os media para a escola – agenda de transliteracia**. Braga: Universidade do Minho, 2018.

SOFFNER, Renato Kraide. Competências do Século XXI. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**.v.04, n.1, 2014. Disponível em:
<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/82/52>

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Língua Portuguesa. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Língua Portuguesa. Os conhecimentos da Língua Portuguesa nos anos iniciais. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística.** São Paulo: Parábola Editora, 2007.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa.** Brasília, MEC, 1997.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização & Linguística.** 10. ed. São Paulo:Scipione, 2003.

LOPES, L, da M. **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico.** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MACHADO, Anna Paiva Dionísio. **Gêneros textuais & ensino.** (org.). ANNA RAQUEL MACHADO, MARIA AUXILIADORA DEZERRA. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.

KOCH, I. V. **Ler e escrever: estratégias de produção textual.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

VOESE, I. **Análise do discurso e o ensino de língua Portuguesa.** São Paulo: Cortez, 2004.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

CH: 60

EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de História. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os conhecimentos da História nos anos iniciais. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Celso. **A sala de aula de Geografia e História.** 2. ed. Campinas: São Paulo, Papirus, 2005.

BITTENCOURT, Circe M^a Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo, Cortez, 2004. Coleção Docência em Formação.(Série Ensino Fundamental.)

CABRINE, Conceição. *et al* **O ensino de história: revisão urgente.** 4.ed.São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

FONSECA, Selma Guimarães. **Didática e prática de ensino de História.** Campinas, SP: Papirus, 2003. Coleção Magistério, Formação e Trabalho.

KARNAI, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** São Paulo: Contexto, 2003.

SCHIMIDT, M^a Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

<p>BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, História e Geografia. Brasília/DF: MEC/SEF, 1997.</p> <p>RIBEIRO, Luis Távora Furtado. MARQUES, Marcelo Santos. Ensino de História e Geografia. 2. ed. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001. (Coleção para professores das séries iniciais,v1)</p> <p>SCHIMIDT, M^a Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.</p>	
<p>DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA</p>	<p>CH: 60</p>
<p>EMENTA: Contexto histórico, político e social do ensino de Geografia. Fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino de Geografia. Os conhecimentos da Geografia nos anos iniciais. Planejamento, planos de ensino, projeto didático e avaliação.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>ALMEIDA, Rosângela Doin. Do desenho ao mapa – iniciação cartográfica na escola. São Paulo, Contexto, 2006.</p> <p>ANTUNES, Celso. A sala de aula de Geografia e História. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.</p> <p>CASTELLAR, Sônia (org.). Educação Geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo, Contexto, 2007.</p> <p>CARLOS, Ana F. Alessandri (org.). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>CAVALCANTI, Lana de Sousa. Geografia e práticas de ensino. Goiânia, Editora Alternativa, 2002.</p>	
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, História e Geografia. Brasília/DF, MEC/SEF, 1997.</p> <p>CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). Ensino de Geografia – práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.</p> <p>RIBEIRO, Luis Távora Furtado. MARQUES, Marcelo Santos, Ensino de História e Geografia. 2. ed. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.(Coleção para professores das séries iniciais,v1).</p>	
<p>DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA</p>	<p>CH: 60</p>

EMENTA: Contexto histórico da educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Perspectivas para a construção da sociedade inclusiva: questões políticas, ideológicas, sociais, educacionais, institucionais e éticas. O processo ensino-aprendizagem das pessoas público alvo da Educação Especial. A escola comum como espaço inclusivo: ações dos diversos segmentos, acesso, permanência, acessibilidade, adequações curriculares e o Atendimento Educacional Especializado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Decreto nº 3.956/01. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2008.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência.** Brasília/DF: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. **Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios.** São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PACHECO, José e outros. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão Escolar de estudantes com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

DISCIPLINA: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL

CH:135

EMENTA: Normas específicas da atividade de estágio. Estudo e análise crítica da prática docente na Educação Infantil. Atividades orientadas e supervisionadas no contexto da educação infantil para vivência de experiências didático-pedagógicas que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir de observação, participação, planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendiza em na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, MEC, 2010.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC, 2018.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo, Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Pimenta. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TOSATTO, Carla Cristina. **Diálogos entre concepções e práticas: a criança e a infância sob múltiplos olhares**. Curitiba: Appris, 2015.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	CH: 60
---	---------------

EMENTA: O pedagogo na organização do trabalho pedagógico na escola. Operacionalização do Projeto político pedagógico da escola. Cultura organizacional e formação continuada de professores: a construção da qualidade do processo educativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo: Cortez, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6.ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus, 2013.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político - pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 16. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2019.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LUCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 10. ed. São Paulo: Vozes, 2005.

LUZ, Maria Cecília; NASCENTE, Renata Maria Moschen. **Conselho escolar e diversidade: por uma escola mais democrática**. São Carlos- SP: Edufscar, 2013.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; CAMPOS, Elisabete Ferreira Esteves. **A coordenação do trabalho na escola: processos e práticas**. Santos-SP, Editora Universitária Leopoldianum. 2016.

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR

CH: 60

EMENTA: Administração ou gestão escolar: concepções e escolas teóricas. Gestão democrática da educação: concepção e implicações legais e operacionais. Estrutura organizacional da escola. Relações interpessoais e a cultura da escola.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNARDO, João. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

HIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria da Administração**. Rio de Janeiro: Campus 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2004.

LISITA, Verbena Moreira S. de S.; SOUSA, Luciana Freire E. C. P. (org.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUCK, Heloísa – **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis. RJ: Vozes. 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MONTANA Carlos. **Microempresa na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis. RJ. Vozes, 2005.

PREEDY, Margaret. **Gestão em educação: estratégia, qualidade e recursos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

CH: 60

EMENTA: História da Educação não escolar. Processo educativo nos espaços e instituições não escolares. Papel do pedagogo nos espaços não escolares.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2001.

PARK, M. B.; FERNANDES, Renata. (org.). **Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos**. Campinas-SP: UNICAMP CMU, 2005.

PARK, M. B.; FERNANDES, Renata.; CARNICEL, A. (org.) **Palavras-chave em educação não-formal**. Holambra-SP/Campinas: Editora Setembro/UNICAMP CMU, 2007.

RIOS, Clara Maria Almeida. **A educação de jovens e adultos no contexto contemporâneo da formação continuada de professores e das tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: EDUNEB, 2011.

VERCELLI, L. **Educação não formal: campos de atuação**. Jundáí: Paço Editorial, 2013. (Pedagogia de A a Z, v.11).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Políticas Educacionais e ONGs**. São Luís, EDUFMA, 2008.

LUZZI, Daniel. **Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca**. Baurerri-SP: Manole, 2012.

NUNES, Eduardo José Fernandes. **Saberes e patrimônio material e imaterial: uma abordagem intercultural**. Salvador, EDUNEB, 2010.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL

CH: 60

EMENTA: Concepções de diversidade. Contextualização sócia histórica da educação para a diversidade no Brasil e no mundo. Aspecto psicossocial das desigualdades sociais. Binômio inclusão-exclusão. Participação e identidade cultural de minorias populacionais. Pertencimento e territorialidade. Estudos acerca das relações de gênero, raça, cor e etnia. Saberes culturais. Processos pedagógicos, limites, contradições e redimensionamentos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa; ALMEIDA, Desni Lopes. **Educação e diversidade**. São Luís: UemaNet, 2010.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural como prática na educação**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

GOBBI, Maria Aparecida (org.). **Educação e Diversidade Cultural: desafios para os estudos de infância e formação docente**. CAPES-PROCAD: Ed. Junqueira & Marin, 2012.

GUIMARÃES, Susana Martelletti Grillo. **A Aquisição da escrita e diversidade cultural: a**

prática dos professores Xerent . Brasília: FUNAI, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Diversidade Cultural e educação**. São Paulo; Biruta, 1. ed, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MAGALHÃES, António e STOER, Stephen. **A escola para todos e a excelência acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007. (Coleção/Série Prospectiva, v.8).

NETO, Maria Inácia Dávila (org.). **Fronteiras e Diversidades Culturais no século XXI**. São Paulo, MAUAD, 2012.

TURINO, Fernanda. **Educação Multicultural: Teoria e Prática para professores e gestores em educação**. Olhar Virtual, São Paulo, 2012.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CH: 135

EMENTA: Normas específicas da atividade de estágio. Estudo e análise crítica da prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Atividades orientadas e supervisionadas no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental, que enfatizem o desempenho profissional criativo a partir de observação, participação, planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2.ed.rev.e.ampl.. 2016.

GARRIDO, S. P. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo: Cortez, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes *et al.* **Manual de orientação Estágio Supervisionado**. São Paulo, Cengage do Brasil, 2009.

LEITE, Lígia Silva (coord.). **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PICONEZ, Stela C. B. (coord.); FAZENDA, Ivani C. A. *et al.* **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 2011.

8º PERÍODO	
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	CH: 60
<p>EMENTA: História da educação de jovens e adultos no Brasil. Relação educação e trabalho como fundamento para a educação de jovens e adultos. Alfabetização de jovens e adultos na perspectiva do letramento e alfabetização. Proposta curricular da Educação de jovens e adultos: metodologia, planejamento e avaliação.</p>	
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p> <p>ALVES, Marly dos Santos. A avaliação no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes de Educação de Jovens e Adultos. In: MC DONALD, Brendan Coleman (org.). Avaliação: Perspectivas em Debate. Fortaleza: RDS, 2006.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é método Paulo Freire. 27. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília, DF: MEC, 2007.</p> <p>_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11/2000. Brasília/DF, 2000.</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.</p> <p>MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº. 144/2006 do CEE. São Luís: CEE, 2006.</p> <p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p> <p>PAIVA, Vanilda Pereira. História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 2003.</p> <p>PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. Educação escolar de jovens e adultos. Campinas, SP: Papirus, 2002. (Coleção Papirus Educação).</p> <p>RIOS, Clara Maria Almeida. A Educação de Jovens e Adultos no contexto contemporâneo da formação continuada de professores e das tecnologias da informação e comunicação. Salvador: EDUNEB, 2011.</p>	
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	CH: 60
<p>EMENTA: Concepções de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Política de Educação para as comunidades quilombolas e indígenas.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Maria Celestina de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARAÚJO, Ana Valéria *et al.* **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito a diferença. Brasília/DF, Ministério da Educação, Museu Nacional, 2006.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília/DF, Ministério da Educação, Museu Nacional, 2006.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (eds.). **Povos Indígenas no Brasil**: 2011-2016. 12a. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COELHO, Elisabeth Maria Beserra. **Estado Multicultural e Políticas Indigenistas**. São Luís: EDUFMA, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RAMOS, Alcida Rita. **Constituições nacionais povos indígenas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ÁREAS ESPECÍFICAS

CH: 60

EMENTA: Normas específicas da atividade de estágio. Estudo e análise crítica da prática profissional do pedagogo. Trabalho coletivo na escola. Análise da organização do trabalho pedagógico. O pedagogo no contexto da gestão escolar. Organização e funcionamento do sistema educacional maranhense e brasileiro. Projetos de organização e intervenção em ambientes educacionais.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: TÓPICOS EMERGENTES EM...

CH: 60

EMENTA: Ementa não definida em razão do caráter circunstancial da disciplina.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS

CH: 60

EMENTA: Exclusão Social: Barreiras e bloqueios estruturais da sociedade capitalista. Movimentos sociais: conceitos, tipos, elementos constitutivos, teorias, a práxis dos principais movimentos populares e a sua forma de organização. Movimentos sociais cidadania e educação. Aspectos educativos dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boi tempo, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANÁRIO, R. (org.). **Educação popular e movimentos sociais.** Lisboa: ED UCA – Universidade de Lisboa, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GALLO, Silvio. **Pedagogia libertária:** anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

MELLUCCI, ALBERTO. **A invenção do presente:** Movimentos Sociais nas sociedades complexas. S. Paulo: Editora Vozes, 2001.

GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e Educação.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

CH: 60

EMENTA: Introdução à Estatística. Métodos estatísticos e sua utilidade para a pesquisa e a leitura da realidade educacional. Técnicas de amostragem. Construção de gráficos e tabelas com informações estatísticas relacionadas à educação no Estado e no país. Análise de indicadores sócio/educacionais quantitativos e qualitativos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BUSSAD, W. O.; MORENTIN, P.A. **Estatística básica.** Editora Saraiva, 6. ed. São Paulo, 2010.557p.

COSTA, G.G.O. **Estatística Aplicada à educação com abordagem além da análise descritiva:** Teoria e Prática Descritiva. Editora Ciência Moderna. São Paulo, 2015. 248p.v.1.

COSTA, G.G.O. **Estatística Aplicada à Educação com Abordagem Além da Análise**

Descritiva: Teoria e Prática Indutiva. Editora Ciência Moderna, São Paulo, 2015.272p.2.v.
STEPHAN, David. **Estatística:** teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português). Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

WILLIAM, E. M. & MOURÃO, G. **Estatística sem Matemática. A Ligação Entre as Questões e a Análise.** Editora Planta, São Paulo, 2014.136p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FERREIRA, D.F. **Estatística básica.** 1. ed. Lavras: Editora UFLA, 2005. 664p.

PEDROSA, A. C.; SILVÉRIO, M. A. **Introdução computacional à probabilidade e estatística.** Porto Editora, São Paulo, 2004.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística.** Editora Elsevier, 4.ed., São Paulo, 2008.357p.

SIEGEL, S. & CASTELLAN, N.J. **Estatística Não Paramétrica para as Ciências do Comportamento.** São Paulo: Artmed-Bookman, 2006, reimpressão, 2008.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO

CH: 60

EMENTA: História da Educação no Maranhão: primórdios, percurso e perspectiva.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTA, Odaléia Alves da. **A escola primária no contexto da educação maranhense no século XIX.** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Educação. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/206/1/dissertacao%20Diana.pdf> Acesso em: 14 jan.2016.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **História da Educação de Imperatriz:** textos e documentos. Imperatriz: Ética, 2012.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro.** São Paulo: Ática, 2006.

GHIRALDELLI, Jr. **História da educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 2008.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. SILVA, Creudecy Costa da. **Educação Profissional no Maranhão Oitocentista.** São Paulo, 2008

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1984.

CORRÊA, Rossine. **Formação Social do Maranhão:** o presente de uma arqueologia. São Luís SIOGE, 1993.

MELO, Sandra Maria Barros Alves. Percurso histórico da formação de professores para a escola primária no maranhão: Império e República Velha. X Seminário Nacional De Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação No Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – **Anais** Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

Disponível em: Acesso em: 14: jan.2016.

3.9.3 Prática como Componente Curricular

Importante situar a concepção e o entendimento do papel da prática como componente curricular e do estágio supervisionado, resguardando a especificidade de cada um e sua necessária articulação, bem como a necessária supervisão desses momentos formativos, a caracterização dos mesmos como parte obrigatória da formação tal como delineado no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e reforçado no Parecer CNE/CES nº 15/2005.

O Parecer CNE/CP nº 2/2015 da Resolução CNE/CP nº 2/2015 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica ratifica o Parecer CNE/CP nº 28/2001 que distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. **Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.** Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, **ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas.** Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. **Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente.** Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos estudantes. (Grifo nosso)

É fundamental que haja tempo e espaço para a prática, como componente curricular, desde o início do curso e que haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade.

(...) Por outro lado, é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado.

Este é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. Não se trata de uma atividade avulsa que angarie recursos para a sobrevivência do estudante ou que se aproveite dele como mão-de-obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino. (...)

Assim o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico.

Ao mesmo tempo, os sistemas de ensino devem propiciar às instituições formadoras a abertura de suas escolas de educação básica para o estágio curricular supervisionado. Esta abertura, considerado o regime de colaboração prescrito no Art. 211 da Constituição Federal, pode se dar por meio de um acordo entre instituição formadora, órgão executivo do sistema e unidade escolar acolhedora da presença de estagiários. Em contrapartida, os docentes em atuação nesta escola poderão receber alguma modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora. Assim, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa combinar com uma instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio curricular supervisionado.

O Parecer CNE/CES nº 15/2005 ratifica essa compreensão ao afirmar que:

(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. **As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de**

disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (Grifo nosso)

O referido Parecer destaca, ainda, que:

As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. **Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição.** (Grifo nosso).

Na formação docente, a relação teoria e prática devem ocorrer por meio de múltiplas maneiras, conforme o que foi estabelecido,

[...] uma concepção de prática mais como componente curricular implica em vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (PARECER CNE/CP 9/2001, p. 23).

A partir dessa perspectiva, distingue-se, de um lado, a prática como componente curricular investigativo e, de outro, a prática de ensino desenvolvida no estágio obrigatório definidos em lei. A primeira é mais abrangente, contemplando dispositivos legais a partir do entendimento que se constitui numa prática que produz algo no âmbito do ensino, sendo um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer CNE/CP nº 9/2001, devendo ser uma atividade flexível quanto aos outros pontos de apoio do processo formativo.

A prática como componente curricular deve ser planejada na elaboração do projeto pedagógico, e seu acontecer dá-se desde o início da duração do processo em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico,

concorrendo, conjuntamente, para a formação da identidade do professor como educador. Considera ainda o novo paradigma das diretrizes nacionais sobre a formação de educadores e suas exigências legais voltadas para um padrão de qualidade nos cursos de licenciatura.

Desse modo, a prática curricular desenvolve atitudes investigativas, reflexivas e atuantes frente à complexidade da realidade educacional. Além disso, cria espaço para o exercício da capacidade de pesquisar o fato educativo, estimulando o estudante à reflexão e à intervenção no cotidiano da prática pedagógica investigativa e promovendo a integração dos estudantes. Pode também socializar experiências que contribuam para a iniciação científica, por meio da prática da pesquisa em educação, no sentido de fortalecer e articular os saberes para a docência na busca da formação da identidade do professor.

No Parecer CNE/CP nº 2/2015, aprovado em 9 de junho de 2015, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, destaca-se que é importante apreender os processos e, sobretudo, situar a concepção e o entendimento do papel da prática e do estágio supervisionado como componentes curriculares, resguardando a especificidade de cada um e sua necessária articulação, bem como a necessária supervisão desses momentos formativos, a caracterização dos mesmos como parte obrigatória da formação tal como delineado no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e reforçado no Parecer CNE/CES nº 15/2005.

A Universidade Estadual do Maranhão, por meio da Resolução nº 1.264/2017 – CEPE/UEMA estabeleceu as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da UEMA, em que define, entre outras orientações voltadas para a construção do currículo desses cursos, os componentes curriculares que formam o núcleo prático, conforme o prescrito pelo Parecer CNE/CP nº 2/2015 e pela Resolução CNE/CP nº 2/2015 que orienta, a saber: Prática Curricular na Dimensão Político-Social, Prática Curricular na Dimensão Educacional, Prática Curricular na Dimensão Escolar e todos os estágios.

O núcleo prático é formado pelos seguintes componentes curriculares: os estágios curriculares supervisionados, as três práticas curriculares e as atividades teórico-práticas.

As três práticas estabelecidas na Resolução nº 1.264/2017 – CEPE/UEMA e fundamentadas a partir da orientação dos Pareceres CNE/CP nº 28/2000, CNE/CES nº 15/2005 e CNE/CP nº 2/2015 da Resolução CNE/CP nº 2/2015 estão assim definidas:

I - Prática Curricular na Dimensão Político-Social (135h);

II - Prática Curricular na Dimensão Educacional (135h) e

III - Prática Curricular na Dimensão Escolar (135h).

A metodologia escolhida para a realização dessas atividades inclui a realização de projetos integradores, os quais serão desenvolvidos do 2º ao 4º período, momentos nos quais o aluno receberá orientações acerca da construção dos projetos e do tempo específico para desenvolvê-los. Em cada um desses períodos os projetos envolverão outras disciplinas, numa perspectiva interdisciplinar. Dentre essas atividades, podemos citar a participação em pesquisas educacionais, programas de extensão, elaboração de material didático, desenvolvimento de projetos de eventos científicos, entre outros.

As práticas curriculares serão desenvolvidas em diferentes contextos educacionais e terão elementos teóricos e didático-metodológicos a fim de potencializar as práticas docentes. Devem enfatizar o conhecimento interdisciplinar e possibilitar uma constante atualização curricular, tratando de questões emergentes no aspecto científico-político-sociocultural. Devem suscitar a reflexão da prática formativa, com fins interventivos conscientes e sistematicamente na realidade educacional em que se inserem, colaborando dessa forma, com a qualidade do ensino e com a formação de pessoas cidadãs aptas a construir uma sociedade menos desigual (Caderno de Práticas Curriculares, 2010, p.9). Poderá ser feita em forma de projetos temáticos com envolvimento da comunidade escolar ou em espaços não formais da comunidade, tais como: oficinas de trabalho; produção de textos, produção de materiais didáticos tais como: livretos, cartilhas, jogos, visitas científicas, viagens culturais etc., a depender da prévia aprovação da Direção dos Cursos de Licenciatura.

Distribuição da carga horária de Prática Curricular em três períodos nos Cursos de Licenciatura da UEMA.

Períodos	Reunião como professor/tutor	Atividade independente do aluno	Produção do Trabalho Final	Total
2º	45 h	60h	30h	135h
3º	45h	60h	30h	135h
4º	45h	60h	30h	135h
TOTAL	135h	180h	90h	405h

Fonte: Colegiado e NDE do Curso de Pedagogia.

O processo formativo do professor como prática pedagógica reflexiva e investigativa visa buscar o saber e o fazer como tarefa interativa, presente na significação social da profissão, na reflexão e na investigação da atividade profissional, valorizada pela pesquisa individual e coletiva, no sentido de fortalecer e articular os saberes da docência na formação da identidade do professor como educador.

Entre as ações a serem desenvolvidas pelo estudante no âmbito da prática curricular, destaca-se a participação em atividades voltadas à pesquisa, à reflexão e à intervenção em situações problemas na comunidade. Para tanto, o estudante será devidamente encaminhado à instituição de ensino ou outros espaços educacionais credenciados (APÊNDICE A).

Para a consecução da PPC, entende-se que as metodologias propostas podem considerar os seguintes procedimentos como:

- Observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e resolução de situações-problema;
- Observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação;
- Levantamento e análise de materiais e livros didáticos;
- Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola;
- Coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos estudantes da escola básica;
- Estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados à: questões de ensino e de aprendizagem; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; formação continuada de professores e de gestores da escola básica.

A prática curricular terá como objetivo articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências que serão adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos. Deverá, portanto, atender às especificidades de cada curso de licenciatura da UEMA.

As atividades na prática curricular serão norteadas por temáticas específicas de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso. Está organizada em um total de 405 (quatrocentas e cinco) horas equivalente a 09 (nove) créditos, distribuídas do segundo ao quinto período do curso. A

avaliação das atividades relacionadas à Prática Curricular será feita pelo professor (a) no decorrer desse componente curricular.

A natureza de cada prática será explicitada a seguir:

➤ **Prática Curricular na Dimensão Político-Social - 135 horas**

A **Prática Curricular na Dimensão Político-Social** visa orientar e fornecer a formação dos saberes da docência por meio de ferramentas didático pedagógicas para que possam realizar práticas curriculares contextualizadas e interdisciplinares, a partir de conteúdos que demonstrem a dimensão político-social da Educação. Esta prática deverá proporcionar a compreensão das funções sociais e políticas da Educação, da escola como instituição social inserida em uma comunidade, além da contextualização das problemáticas sociais, culturais e educacionais, desenvolvidas por meio de projetos educacionais temáticos a partir de questões cientificamente relevantes das práticas curriculares em uma visão interdisciplinar e multidisciplinar nas áreas de atuação do pedagogo.

➤ **Prática Curricular na Dimensão Educacional– 135 horas**

A **Prática Curricular na Dimensão Educacional** tem o intuito de contribuir na formação dos saberes da docência, considerando as concepções sobre a significação social da profissão, a relevância da atividade docente e no espaço pedagógico do professor. Essa prática deverá permitir a organização da ação docente voltada para sua atuação, na direção do ensino, da pesquisa e da extensão, possibilitando também conhecer as metodologias de ensino desenvolvidas pelos professores na educação básica, na busca da construção da identidade do ser professor, na sociedade atual. Essa prática curricular deve ser desenvolvida na visão interdisciplinar e multidisciplinar por meio da construção e desenvolvimento de projetos educativos temáticos nas áreas de atuação do pedagogo.

➤ **Prática Curricular da Dimensão Escolar – 135 horas**

A **Prática Curricular na Dimensão Escolar** visa contribuir com a formação dos saberes da docência, considerando a dimensão democrática e participativa na escola como ambiente da formação social do indivíduo cidadão para o exercício consciente da cidadania, devendo abordar a escola a partir da diversidade que deve fundamentar o projeto pedagógico, na sua estrutura, organização e dinâmica administrativa-técnico-pedagógica, buscando por meio da construção e do desenvolvimento de projetos educativos que contemple a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática

do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino.

Tempo e Espaço das Práticas

As práticas curriculares serão desenvolvidas no decorrer do período de acordo com o cronograma previamente estabelecido.

Primeiro período de 45 horas: Nas primeiras 20 horas, serão realizadas atividades em sala de aula com o professor (a) com a finalidade de orientar, acompanhar e avaliar as atividades de elaboração dos projetos, instrumentos, levantamentos de dados e informações. Ao final dessas primeiras 20h, o aluno deverá apresentar um esboço de projeto ou plano de atividades a serem executados no espaço educativo definido previamente. As 25 horas que faltam para totalizar às 45 horas da 1ª unidade serão trabalhadas de acordo com o cronograma estabelecido no plano de trabalho ou projeto, constando de:

- Revisão da literatura da temática escolhida;
- Visitas aos espaços educacionais com vistas à investigação ou desenvolvimento de atividades pedagógicas (levantamento de dados, documentos legais), quais sejam:
 - a) estudo do planejamento de ensino do período correspondente a etapa do desenvolvimento das práticas com vistas a interdisciplinaridade;
 - b) levantamento da realidade estudada nas áreas de atuação do pedagogo;
 - c) leitura e análise do Projeto Pedagógico da Escola;
 - d) leitura do Regimento Interno da Escola;
 - e) leitura dos projetos desenvolvidos pela escola.

A operacionalização deverá ser em grupo. O acompanhamento pedagógico será feito pelo professor em encontros presenciais. Os demais acompanhamentos serão realizados via e-mail com a obrigatoriedade de ambas as partes realizarem as devolutivas dos e-mails.

Segundo período de 45 horas: Nas primeiras 20 (vinte) horas, o professor deverá orientar os estudantes acerca da organização e tratamento dos dados coletados, bem como de todo o material bibliográfico levantado para a fundamentação do projeto ou plano de trabalho. Além disso, o professor deverá entregar o roteiro de relatório do componente curricular. Nas 25(vinte e cinco) horas restantes, o aluno deverá elaborar a primeira versão do relatório, de acordo as orientações estabelecidas previamente, e entregar ao professor para avaliação.

Terceiro período de 45 horas: Nas 25 (vinte e cinco) horas, o aluno deverá organizar a apresentação do relatório a partir das orientações estabelecidas pelo professor quanto aos procedimentos. Nas 20 (vinte) horas restantes, preparação e realização do seminário ou ação social da prática com a participação de comunidade. Etapa da elaboração do relatório com carga horária de 25 horas para:

- O registro dos diários será feito de 45 em 45 horas.
- As atribuições de nota serão distribuídas da seguinte forma:
 - Primeira nota – elaboração do projeto e instrumentos de levantamentos de dados e informações;
 - Segunda nota – elaboração de relatório com análise dos dados e informações;
 - Terceira nota – apresentação oral no seminário.

Quanto aos tipos de atividades da PCC propostas pelos professores, a constarem nos planos de ensino das disciplinas, em processo permanente de construção, acompanhamento e avaliação, deverão permitir uma reflexão pedagógica e, conseqüentemente, o aprendizado em torno de conteúdos ministrados nas disciplinas visando sua transformação para o contexto de ensino na educação básica, cujas atividades podem ser:

1) referentes à análise/avaliação e elaboração de proposições de estratégias didáticas relativas ao processo ensino/aprendizagem. As atividades de análise e avaliação constitui-se de: análises de livros didáticos com confecção de textos, a identificação de dificuldade de compreensão teórica de conceitos pedagógicos na educação básica, a avaliação de determinadas estratégias didáticas para o processo de aprendizagem, a elaboração de estratégias didáticas para promover aprendizagem do pensamento crítico em várias disciplinas, o planejamento e avaliação de estratégias didáticas com objetivos significativos de formação crítica que possam ser desenvolvidas na educação básica, oficinas de vivência com práticas de ensino, elaboração coletiva de proposições de ensino a partir de temas interdisciplinares por meio de minicursos etc;

2) referentes à análise/avaliação e a produção de materiais didáticos. As atividades de análise e avaliação podem ser realizadas sobre conteúdos de filmes didáticos, de mídias, de materiais instrucionais, de livros didáticos, de experiências e relatos de práticas pedagógicas em ambientes escolares ou não escolares. As atividades de produção de materiais didático-pedagógicos podem ser: planos de aula, cartilhas, jogos e brinquedos

educativos, tecnologias multimídias aplicados a educação, planos e modelos de aulas, práticas de análise e avaliação do livro didático, sequências didáticas;

3) referentes à participação em projetos de ensino, de pesquisas e de ações de intervenção em ambiente escolares e não escolares. Também estão previstas 10% da carga horária para a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisas educacionais, programas/projetos de extensão e desenvolvimento de projetos de eventos científicos, entre outros, desde que as reflexões entorno dos conteúdos ministrados nessas atividades visem sua transformação para o contexto de ensino na educação básica e/ou intervenção em situações problemas na comunidade escolar ou não-escolar. Essas atividades serão desenvolvidas ao longo do curso, no contexto das disciplinas, com elementos teórico-metodológicos interdisciplinares que possibilitem a constante atualização curricular em face de temas emergentes no aspecto científico-político-sociocultural.

Entre as atividades teórico-metodológicas previstas, a serem desenvolvidas pelo estudante, devidamente encaminhados à instituição de ensino ou outros espaços educacionais credenciados destacam-se:

- a observação de diferentes dimensões da prática educativa; reflexão; registros de observações realizadas e resolução de situações-problema;
- a observação e reflexão sobre a prática educativa com a possibilidade de utilização de tecnologias de informação;
- o levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola; a coleta e análise de narrativas orais e escritas de profissionais da educação, estudantes e pais ou responsáveis pelos estudantes da escola básica; e,
- estudos de caso delineados a partir dos desafios encontrados no contexto escolar relacionados a: questões de ensino e de aprendizagem; projetos educativos; articulação entre profissionais e diferentes setores da escola; relação família e escola; e, a formação continuada de professores e de gestores da escola básica.

Informamos que as práticas curriculares do Curso de Pedagogia estão sob a coordenação da Professora Nadja Fonseca da Silva, conforme portaria nº 511/2019.

3.9.4 Estágio Curricular Supervisionado

Segundo a Resolução nº 1369/2019 – CEPE/UEMA que estabelece o Regimento dos Cursos de Graduação da UEMA, Título II – Do Ensino de Graduação, Capítulo I – Dos Cursos de Graduação, Seção VI, art.67 o Estágio Curricular é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo para estudantes regularmente matriculados e será regido por regulamento aprovado pelo Colegiado, como parte do projeto pedagógico do curso, devendo conter normas de operacionalização, formas de avaliação e tipos de atividades a serem aceitas.

§ 1º O estágio pode ser obrigatório, supervisionado por docente da universidade, e não obrigatório supervisionado por técnico da instituição campo de estágio, conforme determina a legislação vigente e contida nos projetos pedagógicos de cada curso.

§ 2º O estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 3º O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 4º O estágio de vivência teórico-prática exercida pelo estudante para fins de integralização curricular é coordenado pelos cursos e acompanhado pelo professor orientador, podendo ser desenvolvido em instituições jurídicas de direito público ou privado, ou em escolas da comunidade reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 5º O estágio de que trata o caput deste artigo será objeto de instrumento jurídico apropriado, firmado pela entidade concedente do estágio e pela UEMA, na forma legal.

Art. 68 O diretor do curso fará pré-inscrição do estágio obrigatório supervisionado, a ser realizado no período subsequente, cadastrando os dados necessários dos estudantes para o seguro de acidentes pessoais, exigido pela legislação em vigor, encaminhando-os à PROG para análise, com vistas à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD para as providências legais.

Art. 69 A carga horária de estágio curricular obrigatório dos cursos de licenciatura obedecerão às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Licenciatura da UEMA.

Art. 71 A articulação teoria-prática nos cursos de licenciatura será realizada sob as formas de Prática (405 horas com 9 créditos) e Estágio Curricular Obrigatório (405 horas com 9 créditos) a serem vivenciados ao longo do curso.

Art. 73 A orientação e o acompanhamento do estágio obrigatório supervisionado serão desenvolvidos por um professor-orientador da UEMA, e por profissional da instituição campo de estágio, denominado supervisor técnico. Parágrafo único. O professor-orientador de estágio das

licenciaturas deverá ser obrigatoriamente um professor licenciado do quadro efetivo da UEMA.

Art. 79 A avaliação do estágio curricular deverá ser sistemática e contínua, utilizando diferentes instrumentos e formas, e compreende:

I. apuração da frequência ou atividades previstas no plano de estágio;
II. determinação da nota obtida pelo estudante em relatório e outras atividades, cuja avaliação estará vinculada a aspectos qualitativos e quantitativos do estágio. Parágrafo único. O estágio curricular não dará direito a exame final, devendo o estudante reprovado fazer novo estágio.

Art. 80 Em nenhuma hipótese o estudante será liberado da realização das atividades de estágio obrigatório.

O Estágio nos Cursos de Licenciatura da UEMA segue ainda a Resolução nº1369/2019 – CEPE/UEMA, organizado de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2015. A UEMA institui que 405 horas sejam dedicadas ao Estágio Curricular Supervisionado. Conforme estabelecido pela Resolução nº 1369/2019 – CEPE/UEMA, a carga horária do estágio obrigatório não deverá exceder a 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso.

Em atendimento à Resolução CEPE/UEMA nº 1264/2017, art.8º, o Estágio Curricular Supervisionado, no Curso de Pedagogia Licenciatura, será realizado mediante regência de classe e intervenção sistematizada supervisionado por docente da universidade, em situações que se apresentam no campo de estágio, conforme a seguinte distribuição de carga horária:

I – Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil – 135h;

II – Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 135h;

III – Estágio Curricular Supervisionado em Áreas Específicas – 135h.

Além das normas institucionais que regem o curso e já referidas nesta e nas seções anteriores, o Curso de Pedagogia teve suas Normas de Estágio aprovadas em Colegiado no dia 28 de agosto do ano de 2019, onde determinam as normas de operacionalização, formas de avaliação e tipos de atividades a serem aceitas.

Em seu Art. 2º define a equipe de profissionais da UEMA e do Campo de Estágio, com responsabilidades específicas para o Estágio Curricular Supervisionado obrigatório no Curso de Pedagogia Licenciatura CECEN/UEMA, a saber:

a) Coordenador de Estágio: pedagogo responsável pela estruturação, planejamento e orientações específicas do Estágio e pelo apoio técnico-pedagógico ao grupo de professores de Estágio;

b) Professor Orientador de Estágio: pedagogo responsável pelas orientações didáticas e metodológicas do Estágio; acompanhamento e avaliação do estagiário em classe na UEMA e no Campo de Estágio;

c) Supervisor de campo, também denominado de Supervisor Técnico: professor regente e/ou pedagogo atuante no Campo de Estágio, ao lado do qual o estagiário irá desenvolver suas atividades acadêmicas no Campo. Esse profissional atua juntos aos estagiários, sob sua supervisão, na validação do registro da frequência; definição de temáticas das aulas, projetos didáticos/de trabalho e de atividades específicas; e na avaliação das atividades dos estagiários no Campo;

d) Coordenador Pedagógico ou similar em áreas específicas: profissional no Campo de Estágio, responsável local pelo acompanhamento e avaliação das atividades do grupo de estagiários no Campo de Estágio;

e) Diretor da entidade concedente do Estágio: profissional no Campo de Estágio, que faz a gestão local (geral ou adjunta), responsável pelas condições necessárias à aprendizagem social, profissional e cultural dos estagiários; e, avaliação local do Estágio como um todo;

f) Estagiário do Curso de Pedagogia Licenciatura: é o acadêmico, devidamente matriculado no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, responsável pela observação participante no Campo de Estágio; planejamento, execução de aulas, projetos didáticos/de trabalho ou outras atividades específicas; colaboração na avaliação de seus pares; e elaboração e apresentação do Relatório de Estágio.

Ainda no seu Art. 4º, as Normas de Estágio do curso definem a programação das atividades profissionais no Estágio Curricular Supervisionado obrigatório será composta de:

a) Fundamentação teórico-metodológica: específica para a observação diagnóstica no campo de Estágio, para as aulas, projetos didáticos/de trabalho e/ou demais atividades específicas;

b) Vivência do estagiário no campo: realização de atividades concernentes ao processo educativo profissional, dentre elas: observação participativa; planejamento, execução e avaliação de aulas e de projetos didáticos/de trabalho; planejamento, execução e avaliação de projetos/atividades em áreas específicas; e elaboração de Diários de campo;

c) Relatório de Estágio: elaboração e realização do Seminário Final do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório:

§ 1º Para as atividades da alínea (a) estão previstas 45 horas; para as atividades da alínea (b) estão previstas 60 horas; para as atividades da alínea (c) estão previstas 30 horas.

§ 2º As atividades das alíneas (a) serão realizadas em classe na UEMA e no Campo de Estágio; as atividades da alínea (b) serão realizadas no Campo de Estágio; as atividades da alínea (c) serão realizadas, de modo independente, pelo estagiário, extraclasse e em classe na UEMA.

§ 3º O Campo de Estágio será definido pelo Professor de Estágio e aprovada pelo Colegiado do Curso, sendo, preferencialmente, em bairros adjacentes da UEMA.

As orientações iniciarão na sala de aula do curso do estagiário para informações gerais das atividades, previamente planejadas pelos professores e coordenador de estágio. Para a realização do Estágio na escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, ficam estabelecidos, os turnos matutino ou vespertino. O Campo de Estágio será definido pelo Professor de Estágio e aprovado pelo Colegiado do Curso, sendo, preferencialmente, em bairros adjacentes da UEMA, em escolas reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

Para a realização do Estágio em Áreas Específicas, são pensados locais, como: penitenciárias, hospitais, empresas etc., ambientes onde também o pedagogo pode desenvolver tarefas formativas e de gestão.

Sobre avaliação, o Art. 5º das Normas de Estágio do Curso de Pedagogia define que o estagiário será avaliado sistemática e continuamente no cumprimento do seu Plano de Estágio nos aspectos qualitativos e com a apuração de 100% da frequência.

§ 1º A nota mínima para aprovação será igual ou superior a 7,0 (sete) (artigo do Regimento), obtida nas diversas formas e instrumentos estabelecidos no Plano de Estágio e mediante Relatório do Estágio, apresentado ao final, de forma escrita, atendendo aos critérios: texto individual escrito (descritivo, reflexivo e fundamentado), com ilustrações e anexos dos formulários próprios do Estágio, planos e projetos realizados no Campo; e apresentado oralmente no Seminário Final.

§ 2º As aulas, atividades do grupo de estagiários e o Estágio propriamente dito serão avaliados pelos participantes de que trata o Artigo 2º., mediante formulários próprios da UEMA, apêndices destas Normas.

§ 3º O estagiário não tem direito a exame final, uma vez reprovado deverá fazer novo estágio.

As atividades de estágio no Curso de Pedagogia são continuamente debatidas pelo Coordenador de Estágio do Curso, a Professora Maria de Fátima Serra Rios, Portaria nº 510/2019, o Coordenador de Estágio das Licenciaturas da UEMA, Professora Albiane de Oliveira Gomes e gestores dos cursos. Destacamos que para balizar esses debates o Coordenador de Estágio das Licenciaturas organiza eventos que reúnem especialistas e dá espaço para apresentações das atividades dos estudantes no Encontro Anual de Estágio.

3.9.5 Atividades Teórico-Práticas – ATP

Com base na Resolução nº 1264/2017-CEPE/UEMA, as Atividades Teórico-Práticas – ATP, obedecem o disposto:

Art. 10 - O componente curricular e Atividades Teórico-Práticas (ATP) de aprofundamento em áreas específicas nos cursos de licenciaturas da UEMA deverão enriquecer o processo formativo do estudante como um todo.

§ 1º As atividades teórico-práticas de aprofundamento, na UEMA, têm carga horária total de 225 horas e corresponde a cinco créditos de 45 horas cada.

§ 2º O aluno deverá formalizar requerimento com documentação comprobatória das ATP junto à Secretaria do curso, para avaliação e parecer do colegiado e consequente registro no SigUEMA pela direção do curso.

§ 3º Para cumprir a carga horária das atividades teórico-práticas, estabelecidas no currículo do curso, serão aceitas atividades realizadas no âmbito da UEMA e de outras instituições legalmente reconhecidas.

Art. 11 A universidade deverá incentivar, orientar e aproveitar a participação do estudante em atividades de ensino e iniciação à docência, de iniciação à pesquisa e de extensão.

Art. 12 As atividades teórico-práticas são componentes obrigatórios do currículo dos cursos de licenciatura e constituem-se como requisito indispensável para a conclusão do curso.

Art. 13 A contabilização da carga horária total de 225 horas deverá ser composta a partir dos três grupos de atividades.

Grupo I – Atividades de Ensino e Iniciação à Docência

Grupo II – Atividades de Iniciação à Pesquisa

Grupo III – Atividades de Extensão

Grupo IV – Atividades de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

§ 1º As informações de orientação aos estudantes são de responsabilidade do diretor do curso que, no início do semestre letivo, deverá informar aos estudantes o período para encaminhar seus documentos comprobatórios das ATP.

§ 2º O período estabelecido para os estudantes encaminharem suas ATP deve ter a primeira contagem da carga horária no quarto, a segunda no sexto e a última no oitavo período.

As Atividades Teórico-Práticas – ATP no Curso de Pedagogia Licenciatura da UEMA deverão enriquecer o processo formativo do estudante como um todo, e nesse aspecto a Universidade incentiva, orienta e aproveita a participação do estudante em atividades que envolvam a extensão.

As ATP têm carga horária total de 225 (duzentas e vinte e cinco) horas, sendo o registro e o controle feito pela diretora do curso, utilizando os critérios estabelecidos na Resolução nº 1264/2017-CEPE/UEMA para contabilização da carga horária, conforme quadro, em apêndice.

3.9.6 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O Curso de Pedagogia Licenciatura optou por trabalhos acadêmicos, em formato monográfico, que priorizem uma reflexão teórica de práticas educativas, relatos de

experiências que tenham contribuído na descoberta e no desenvolvimento de habilidades de pesquisa dos estudantes, já incentivando à pesquisa em nível de pós-graduação, a edital de programas em nível nacional e local.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo prioritário despertar no aluno o interesse pela pesquisa de natureza técnica, tecnológica e científica, em sua área específica de formação, tendo-se sempre como princípio norteador a articulação entre teoria e prática. Deve-se observar o compromisso dos docentes com uma orientação sistemática, considerando-se a ética, o planejamento, a elaboração de um trabalho com originalidade e redação de natureza científica ainda que de forma introdutória, tendo em vista que, na graduação, o nível de complexidade a ser exigido seja menor em relação à pós-graduação. A orientação e o incentivo são necessários para que o aluno exercite sua capacidade argumentativa e analítica, no tratamento do seu objeto de investigação e estudo, com vistas à apresentação para a conclusão do curso.

O TCC no Curso de Pedagogia Licenciatura do CECEN seguirá as exigências da Resolução nº 1369/2019 – CEPE/UEMA, Título II – Do Ensino de Graduação, Capítulo I – Dos Cursos de Graduação, Seção VIII, conforme disposto abaixo:

Art. 100 A elaboração de um trabalho científico, observadas as exigências das Normas Técnicas internacionais, denominado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para efeito de registro no histórico acadêmico, é condição indispensável para a conclusão de curso de graduação.

Art. 101 O TCC será de autoria de acadêmicos e poderá constituir-se de:

[...] VII. produção de trabalho monográfico;

[...]

Art. 102 A matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso somente poderá ser realizada desde que:

I. O estudante não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular.

II. A requisição do projeto de trabalho seja feita na direção de curso no semestre anterior à realização do TCC, respeitando o trâmite de orientação e homologação pelo colegiado de curso.

III. O projeto de TCC tenha sido entregue, no período estabelecido pela direção de curso, para submissão e avaliação a critério do colegiado de curso e consequente homologação do parecer do avaliador.

Art. 103 Cada trabalho será desenvolvido sob a orientação pessoal e direta de um professor entre aqueles da área de conhecimento afim com o objeto do trabalho.

[...]

Art. 104 O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado em duas fases, até no mínimo em dois períodos letivos consecutivos, penúltimo e último período.

Art. 105 Será tido como automaticamente reprovado o TCC sob acusação de plágio.

[...]

Art. 108 O TCC se submeterá às regras deste Regimento e/ou outra norma institucional vigente.

A elaboração do TCC no Curso de Pedagogia tem sido realizada pelos acadêmicos como autoria de um único estudante, consideradas o seu interesse pela temática de investigação e articulados com as linhas de pesquisa dos professores orientadores que versam sobre os seguintes eixos: gestão escolar, alfabetização e letramento, avaliação educacional, currículo, educação especial e inclusiva, articulados às questões relacionadas à prática pedagógica e formação de professores para a Educação Básica.

O aluno entrega uma versão digital que é enviada para a biblioteca Central e fica disponível no acervo digital da biblioteca, acessível para todos os estudantes. Atualmente, estamos alimentando o site do curso com as monografias, apenas aquelas que têm notas 9 e 10.

Todo este processo é acompanhado de uma Coordenação exercida por um professor do Curso, a professora Cíntia Regina Nunes Reis, Portaria nº 509/2019, que auxilia a Direção do Curso de Pedagogia e a equipe da secretaria na gestão de todos os aspectos referentes: ao acompanhamento das orientações, a prazos, etapas de elaboração de TCC, composição de bancas, inclusão das notas no sistema, orientações sobre o produto projeto e o TCC, às competências da direção, orientadores e professores avaliadores participantes das bancas.

Temos feito reuniões periódicas com os estudantes de turmas concluintes ou em fase de integralização do currículo sobre informações acerca do TCC. Isso nos permitiu resolver a contento problemas de identificação de estudantes sem orientação ainda no período de elaboração do projeto de TCC. Tais ações começaram a dar frutos, com a conclusão de 41 monografias neste segundo semestre.

É válido destacar que a equipe da Biblioteca vem realizando oficinas de normalização no Curso de Pedagogia, que orientam os estudantes a seguirem as normas mais recentes da ABNT.

3.10 Metodologia

O processo ensino-aprendizagem centra-se no estudante, na inovação de metodologias de ensino, enfatizando o estímulo às três aprendizagens básicas: **o aprender a conhecer**, que diferencia a era do conhecimento e da informação contextualizada com a realidade e o perfil desejado do estudante; **o aprender a fazer**, exigindo habilidade para praticar o conhecimento, aplicando-o à realidade profissional e necessidades da sociedade; **e o aprender a ser**, postura condizente com sua formação competente para agir de forma assertiva nas diversas situações da vida. O exercício de **aprender a aprender** exigirá do estudante o papel de protagonista deste processo, demandando dedicação e comprometimento com a construção de seu conhecimento.

O Curso de Pedagogia tem como objetivo propiciar uma reflexão sobre as tendências atuais de ensino. A intenção é ampliar a compreensão sobre as articulações teórico-metodológicas, indicando caminhos e conhecimentos que auxiliem o professor na escolha de procedimentos didático-pedagógicos adequados às diferentes aprendizagens e em consonância com as tecnologias contemporâneas. Busca-se compreender o cenário educacional, suas particularidades metodológicas e conceituais que envolvem o processo ensino-aprendizagem no ensino superior.

Além disso, promover a qualificação profissional sobre a dinâmica metodológica do processo ensino-aprendizagem, ampliando as competências didático-pedagógicas dos estudantes; apresentar metodologias contemporâneas de ensino que ofereçam dinamicidade a aprendizagem aos estudantes; preparar profissionais para utilizar as tecnologias e mídias na sala de aula de modo responsável, ético e competente de modo a propiciar uma reflexão sobre o próprio fazer docente visando compreender os princípios que regem o desenvolvimento da ação educativa, para que se tornem críticos de seu próprio trabalho educativo.

O Curso de Pedagogia propõe-se a trabalhar ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, conforme as diretrizes vigentes, estimulando a revisão de literatura física e virtual, com foco em metodologias ativas, realização de seminários, rodas de conversas sobre os temas e unidades temáticas sob o princípio da interdisciplinaridade; aulas expositivas dialogadas, debates e discussões orientadas. Os estudantes estão,

constantemente, sendo motivados a construir seus conhecimentos teóricos e práticos, a partir de situações problematizadoras e incentivados a participarem de projetos de pesquisa, extensão e ensino, a partir de seus interesses acadêmicos, tendo, a seu favor, o uso das tecnologias educacionais, de forma transversal às disciplinas do curso.

Desse modo, vale ressaltar que as metodologias ativas de ensino aprendizagem têm permitido a articulação entre a universidade e a comunidade, por possibilitar uma leitura e intervenção consistente sobre a realidade, valorizar os atores no processo de construção coletiva e seus diferentes conhecimentos e promover a liberdade no processo de pensar e no trabalho em equipe.

Em relação às situações de resolução de problemas de ensino (BORDENAVE; PEREIRA, 1982, p. 10) ressaltam que:

[...] a aprendizagem tornou-se uma pesquisa em que o aluno passa de uma visão 'sincrética' ou global do problema a uma visão 'analítica' do mesmo, através de sua teorização, para chegar a uma 'síntese' provisória, que equivale à compreensão. Dessa apreensão ampla e profunda da estrutura do problema e de suas consequências, nascem 'hipóteses de solução' que obrigam a uma seleção das mais viáveis. A síntese tem continuidade na práxis, isto é, na atividade transformadora da realidade.

O currículo integrado é resultado de uma filosofia político-social e de uma estratégia didática, implicando educar cidadãos com capacidade para o pensamento crítico (OLIVEIRA, KOIFMAN, 2004; FEUERWERKER, 2004; CECCIM, FEUERWERKER, 2004). Dessa forma, os paradigmas da educação estão mudando para incluir mais modelos de aprendizagem *on-line*, mista ou híbrida e colaborativa. A aprendizagem *on-line* ampliou o potencial de colaboração, incorporando pontos de conexão que os estudantes podem acessar fora da sala de aula para se reunirem e trocarem ideias sobre um assunto ou projeto, como uma modalidade alternativa para superar limites de tempo e espaço (BENETTI, VASCONCELOS, 2008).

A Sala de Aula Invertida (*Flipped Classroom*) transformou-se em referência a um modelo de aprendizagem que reorganiza o tempo gasto dentro e fora da classe, transferindo o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizado. Portanto, o valioso tempo presencial de aula é dedicado a uma aprendizagem mais ativa, com projetos baseados no aprendizado e nos quais os estudantes trabalham em conjunto ou isoladamente para

resolverem os desafios locais e globais da realidade, obtendo uma compreensão mais profunda do assunto. O ambiente de aprendizagem se transforma em um espaço dinâmico e mais social, onde os estudantes podem participar de críticas ou trabalhar através de problemas atuando em equipes (ELLAWAY, MASTERS, 2008; NEEL, LAU, DOHERTY, HARBUTT, 2015; MOFFETT, 2015).

3.11 Avaliação

O processo avaliativo desenvolvido no Curso de Pedagogia Licenciatura está estruturado nos seguintes níveis da avaliação educacional: avaliação da aprendizagem e avaliação institucional (interna e externa).

3.11.1 Avaliação do ensino-aprendizagem

A sistemática de avaliação da aprendizagem dos acadêmicos atende ao disposto no Capítulo V Da Avaliação do Regimento da Graduação aprovadas pela Resolução nº. 1369/2019 - CEPE/UEMA, de 21/03/2019 (UEMA, 2019, p.46), que trata, dentre outros aspectos avaliativos:

Art. 167 A descrição da avaliação da aprendizagem dos estudantes dos cursos de graduação é componente obrigatório do Projeto Pedagógico de Curso e dos Planos de Ensino de todas as atividades curriculares.

Art. 168 A avaliação da aprendizagem será feita por disciplina, abrangendo frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios.

Art. 169 A avaliação da aprendizagem será apurada por meio de três avaliações relativas ao programa da disciplina.

§ 1º As formas e as datas das avaliações dos processos de ensino e aprendizagem devem estar previstas no plano de ensino da disciplina e em conformidade com o calendário acadêmico.

§ 2º As avaliações são correspondentes ao primeiro, segundo e terceiro terços do programa das disciplinas.

§ 3º O resultado da avaliação da aprendizagem será expresso em nota variável de zero a dez, com, no máximo, uma casa decimal após a vírgula, atendendo os prazos do calendário acadêmico.

Art. 170 Será considerado aprovado em cada disciplina o estudante que obtiver nota geral da disciplina igual ou superior a 7 (sete).

Segundo o dicionário digital (2001), avaliar significa: determinar o valor, o preço ou a importância de alguma coisa. Já avaliação significa: 1 ação ou efeito de avaliar; 2 procedimento de cálculo do valor de um bem; 3 estimativa; 4 valor determinado por quem avalia.

Ao observar a etimologia do infinito avaliar e o conceito de avaliação, Luckesi (2000) diz que:

A palavra avaliar é originário do latim e provém da composição *a* – *valere* que significa “dar valor a”... No entanto, o conceito “avaliação” é expresso como sendo a “atribuição de um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação”..., implicando um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado (LUCKESI, 2000, p.85-101).

Segundo Santos (2011,p. 33), “[...] o objetivo principal da avaliação é ajudar o aluno a se autoavaliar, aperceber suas falhas e seus pontos fortes, através de uma reflexão conjunta, aprender a se autoconhecer, a buscar novos caminhos para a sua realização”. Outra concepção de Luckesi (2005) nos mostra que:

Portanto, avaliar é muito mais do que aplicar um teste, uma prova, fazer observação, saber se um aluno merece esta ou aquela nota, este ou aquele conceito. Avaliar é um ato rigoroso de acompanhamento da aprendizagem. É ela que permite tomar conhecimento do que aprendeu e do que não se aprendeu e reorientar o educando para que supere suas dificuldades, na medida em que o que importa é aprender (LUCKESI, 2005, p.34).

Dessa maneira, a avaliação tem haver com a observação do professor com relação a sua própria prática e com a do aluno no cotidiano e no ambiente escolar. Dessa forma, Antunes (2012) nos mostra que:

A avaliação aprendizagem constitui um conjunto de observações sobre a prática do ensino e da aprendizagem aplicadas em sala de aula. A avaliação proveitosa ocorre quando há uma observação contínua ao longo do período escolar e não concentradas só nos momentos de provas (ANTUNES, 2012, p. 22).

Por outro lado, também, a avaliação é diagnóstica, é ajuste de processo, é uma prática constante há qualquer momento, é identificar falhas que servirão como aprendizado para depois adaptar para a construção e para a efetivação do conhecimento.

Para compreendermos esse conceito de avaliação precisamos rever um tipo de categoria relativa aos principais tipos de avaliação que é a chamada avaliação diagnóstica.

Uma avaliação diagnóstica ou inicial faz um prognóstico sobre as capacidades de um determinado aluno em relação a um conteúdo a ser abordado. Trata-se de identificar algumas características de um aluno, objetivando escolher algumas sequências de trabalho mais bem adaptadas a tais características. Tenta-se identificar um perfil dos sujeitos, antes de iniciar qualquer trabalho de ensino, sem o que, com certeza, estaria comprometido todo trabalho futuro do professor. O diagnóstico é o momento de situar aptidões iniciais, necessidades, interesses de um

indivíduo, de verificar pré-requisitos. É antes de tudo, momento de detectar dificuldades dos estudantes para que o professor possa melhor conceber estratégias de ação para solucioná-las (RABELO, 1998, p. 72).

Para Vasconcelos (1998,p.26), “a avaliação é um processo abrangente da existência humana que implica reflexão sobre a prática, no sentido de diagnosticar seus avanços e dificuldades e, a partir dos resultados, planejar tomadas de decisão sobre as atividades didáticas posteriores”.

Dessa maneira, a avaliação não se resume a notas e provas e sim, na identificação de lacunas que surgirão no decorrer do processo de aprendizagem e de avaliação no sentido de orientar a construção do conhecimento do aprendiz.

Dias (2010,p.33) nos mostra que “[...] a avaliação tem funções específicas como: facilitar o diagnóstico; melhorar a aprendizagem e ensino (controle); estabelecer situações individuais de aprendizagem; interpretar os resultados; promover, agrupar estudantes (classificação)”.

Compreendemos que “O erro não é fonte de castigo, mas suporte para o crescimento”, conforme afirma Luckesi (2002). E La Taille (2001, p.50) complementa esse entendimento, enfatizando que “o erro pode ser fonte de consciência. Portanto, o papel do professor é demonstrar para o aluno que o erro é o começo da aprendizagem”.

Diante disso, no processo de ensino e aprendizagem, Hoffmam (2000) em um de seus livros chamado “Avaliação Mediadora” no tópico “Uma visão construtivista do erro” nos mostra que:

A teoria construtivista introduz a perspectiva da imagem positiva do erro cometido pelo aluno como mais fecundo e produtivo do que um acerto imediato. O indivíduo é entendido como um ser ativo que vai paulatinamente selecionando melhores estratégias de ação que o levem a alcançar êxito em alguma tarefa proposta, para algum desafio que se lhe apresenta (HOFFMAM, 2009, p.62).

Nesta perspectiva, tanto no processo de aprendizagem quanto no processo de avaliação, os erros vão acontecer compreendendo com Ferreira (2011.p.65) que a avaliação deve

[...] acompanhar o percurso e sinalizar novos caminhos, não mais ser vista como ‘arma’ que minimiza o progresso e elimina a autenticidade dos envolvidos. Todo processo de avaliação deve encaminhar a aluno por trilhas

seguras, onde mesmo ‘errando’ poderá perceber que é capaz de acreditar, amadurecer e acertar. A avaliação deve ter como finalidade a orientação da aprendizagem, a autonomia dos aprendizes em relação à mesma e a verificação das competências adquiridas (FERREIRA, 2011, V.II, n.1).

Consideramos que o que vai tornar esse processo avaliativo significativo é a postura do professor frente às potencialidades de cada aluno, tendo em vista que:

Um processo de avaliação deve se preocupar tanto com o aspecto técnico-formal quanto com o político do processo educativo. O objetivo maior deve ser o bom desempenho do aluno. Se ele não aprender com boa qualidade formal e também política, este desempenho é questionável. Um aluno deve aprender o melhor possível a reconstruir conhecimentos em seu sentido formal, como também deve tornar-se cidadão crítico, participativo e responsável politicamente. Senão, para ir à escola (RABELO, 1998, p.75).

Contudo, antes de avaliar o educando o educador deveria garantir um momento de diálogo, de troca de ideias, de encorajamento em favor de fracassos e sucessos. Dessa forma, Rabelo (1998) adverte que:

Precisamos apenas entender que avaliação pode e deve alimentar, constantemente, o diálogo entre aluno e professor, permitindo a ambos, numa relação dialética, informações sobre fazeres e aprendizagens cada vez mais significativas para ambos. O professor precisa apoiar o aluno com informações que possam esclarecê-lo, encorajá-lo e orientá-lo quanto a possíveis sucessos e insucessos, permitindo-lhe situar-se melhor na sua jornada estudantil (RABELO, 1998, p.81).

Levando em consideração as ideias de Ausubel, percebemos que o aluno só aprende quando encontra sentido e ao partir das experiências que já tem e ao relacionar-se entre si, os conceitos são apreendidos. Ele enfatiza que: “o fator singular mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que a aprendiz já conhece”. A ideia central na teoria de Ausubel é o que ele define como aprendizagem significativa que é um processo no qual uma nova informação é relacionada a um aspecto relevante, já existente da estrutura de conhecimento de um indivíduo. Portanto, o interesse de sua teoria é na estrutura do conhecimento tendo por base as organizações conceituais já existentes que funcionam como estruturas de ancoradouro e acolhimento de novas ideias. Esta “[...] aprendizagem significativa ocorre quando a tarefa de aprendizagem implica relacionar, de forma não

arbitrária e substantiva, não literal, uma nova informação a outras com as quais o aluno já esteja familiarizado e quando o aluno adota uma estratégia correspondente para assim proceder” (AUSUBEL in MONIZ, 1991, p.73).

3.11.2 Avaliação Institucional

A UEMA conta com o compromisso da Administração Superior (Reitoria, Pró-Reitorias, Centro de Estudos, Direção de Cursos, Chefias de Departamentos) em adotar a avaliação como fator imprescindível para decisão em seu planejamento estratégico. Os diversos campi/centros que compõem a estrutura da UEMA devem assentar as suas atividades baseadas nas informações levantadas por meio da autoavaliação. Além disso, tem sido crescente o interesse da Comunidade acadêmica necessário ao alcance do sucesso a arregimentação de todos os atores para a responsabilidade e comprometimento com a efetividade e o prosseguimento do processo avaliativo.

O caráter formativo da autoavaliação deve possibilitar o aperfeiçoamento tanto pessoal dos membros da comunidade acadêmica quanto institucional, pelo fato de fazer com que todos os envolvidos se coloquem em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

O processo de autoavaliação desencadeado pela UEMA se constitui em uma experiência de aprendizagem para toda a comunidade acadêmica. No percurso da realização desse processo, exige-se o estabelecimento de condições, algumas relacionadas abaixo, consideradas prerrogativas: Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Avaliação dos Cursos de Graduação (Avalgrad). Conta com as avaliações externas imprescindíveis à qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como as avaliações dos cursos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A CPA, com autonomia e condições para planejar, coordenar e executar as atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade, assessorando

os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadoras.

A autoavaliação da UEMA constitui-se em uma experiência social significativa, orientada para a formação de valores e potencialização do desenvolvimento humano e institucional, pautada nos seguintes princípios:

a) **Ética:** a autoavaliação bem como todas as suas ações decorrentes deverá se pautar no respeito aos direitos humanos, na transparência dos atos e na lisura das informações, buscando permanentemente soluções para os problemas evidenciados. Portanto, deve fazer parte do cotidiano de todo processo avaliativo, construindo sua materialidade histórica e cultural, numa realidade concreta, pela intervenção de sujeitos sociais preocupados em defender um projeto de sociedade permeado por valores democráticos e de justiça social;

b) **Flexibilidade:** a autoavaliação deve ser aberta, de fácil compreensão dos seus procedimentos e resultados, além do respeito às características próprias de cada segmento. Fica assegurada no processo avaliativo a observância aos ajustes sempre que necessários às peculiaridades regionais e adaptabilidade ao processo de avaliação institucional. Assim, a autoavaliação propiciará oportunidades para aprender, criar, recriar, descobrir e articular conhecimentos, ou seja, criar perspectivas para educar e adaptar-se a uma realidade plural, contraditória e em constante processo de mutação;

c) **Participação:** o processo de autoavaliação deverá contar com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as suas etapas, abalizada no respeito aos sujeitos, considerando suas vivências e o seu papel no contexto da instituição. Constitui-se em um exercício democrático, com abertura de espaços para o diálogo com os diferentes interlocutores, assegurando a sua inserção desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos seus resultados;

d) **Excelência:** o compromisso da UEMA com a qualidade das suas ações, processos e produtos, se estende, também à autoavaliação e aos seus resultados. Partindo da compreensão da avaliação como um processo sistêmico, a autoavaliação tem o propósito de entender o contexto institucional como um todo, buscando investigar a realidade concreta nos seus aspectos internos e externos, mediante coleta e interpretação de comportamentos sociais, garantindo que os seus resultados venham contribuir para a eficiência e eficácia dos serviços disponibilizados à comunidade;

e) Inovação: a autoavaliação deverá incentivar formas de enfrentamento de problemas que resultem em soluções criativas compatíveis com a realidade da instituição. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão sendo gradativamente incorporadas às práticas didático-pedagógicas da UEMA, buscando a promoção de um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias. Dessa forma, metodologias interativas devem ser estimuladas e difundidas no seio da autoavaliação para provocar a quebra de estilos ortodoxos ou de acomodação;

f) Impessoalidade: a autoavaliação não deverá tomar como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber/fazer da UEMA,

Para contemplar a participação efetiva de todos os *campi*/centros, o processo de autoavaliação será realizado pelas Comissões Setoriais de Avaliação dos Centros de Estudos. As comissões Setoriais de Avaliação dos Centros têm a atribuição de desenvolver o processo avaliativo junto ao Centro, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade, respeitadas as orientações da CPA/UEMA.

As Comissões Setoriais de Avaliação dos Centros funcionarão como prolongamento da CPA/UEMA e devem criar estratégias adequadas à realidade local, no sentido de possibilitar a participação dos gestores, servidores docentes, servidores técnico-administrativos e de representantes da sociedade em todas as etapas da avaliação.

A Avaliação dos Cursos de Graduação é contemplada pela Avalgrad, conforme a Resolução nº 1369/2019-CEPE/UEMA, Seção II, Da Autoavaliação dos Cursos de Graduação, artigos 177 a 179 e envolve gestores, corpo docente, técnico-administrativos e discente.

Art. 177 A autoavaliação dos cursos de graduação é coordenada pela Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Divisão de Acompanhamento e Avaliação do Ensino - DAAE/CTP/PROG, em estreita colaboração com as Direções ou Coordenações dos referidos cursos e demais setores da UEMA, conforme o prescrito na Lei Federal nº 10.861 12004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, condição indispensável para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, além de credenciamento e credenciamento da Universidade. Parágrafo único. As ações do processo de autoavaliação dos cursos de graduação da UEMA deverão estar em consonância com os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Própria de Autoavaliação (CPA) da UEMA. Art. 178 A autoavaliação dos cursos se faz com base no Plano de Desenvolvimento institucional da UEMA (PDI/UEMA), no Projeto Pedagógico

Institucional (PPI) e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, considerando o perfil estabelecido pela UEMA para o profissional/cidadão a ser formado por todos os cursos, bem como nos princípios e concepções estabelecidos neste Regimento.

Art. 179 Cabe ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso analisar os resultados das autoavaliações e emitir relatório, considerando os parâmetros prescritos no artigo 40 deste Regimento, para deliberação e execução das atividades necessárias, tendo em vista a melhoria dos indicadores de avaliação dos cursos de graduação.

No âmbito nacional, o Sinaes, formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, avalia os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

Desse modo, o Sinaes apresenta uma série de instrumentos capazes de produzir dados e referenciais para a eficácia na análise ou avaliação de cursos e da instituição. Dentre os mecanismos capazes de avaliar o ensino, destaca-se o Enade que se caracteriza por ser um componente curricular obrigatório nos cursos de graduação (Lei nº 10.861/2004). No quadro abaixo, é possível verificarmos os dois últimos conceitos obtidos pelo Curso de Pedagogia do CECEN, nas últimas avaliações realizadas pelo SINAES/ENADE.

Quadro 18 – Conceitos do ENADE na vigência do último período de reconhecimento do Curso de Pedagogia

ANO	CONCEITO
2017	4
2014	2

Fonte: INEP

4 DIMENSÃO 2 – CORPO DOCENTE

4.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE integra a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação, é regido pela Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010 do CONAES e pela Resolução nº 1023/2019 – CONSUN/UEMA, sendo responsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, tendo as seguintes atribuições:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – promover a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – fomentar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – acompanhar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

V – propor ações de melhorias para o curso a partir dos resultados dos processos avaliativos internos e externos.

O NDE será constituído pelo (a) Diretor (a) do Curso, como seu presidente e por, no mínimo, mais 4 (quatro) docentes do curso, sendo o limite máximo definido pelo regimento do NDE de cada curso.

A seguir, apresenta-se a atual composição do NDE do Curso de Pedagogia:

Quadro 19 – Composição do NDE – Portaria nº 29/2019

Nome	Titulação
Sannya Fernanda Nunes Rodrigues (Presidente)	Doutora
Ana Lúcia Cunha Duarte	Doutora
Heloísa Cardoso Varão Santos	Mestra
Maria das Graças Neri Ferreira	Mestra
Nadja Fonseca da Silva	Doutora
Terezinha de Jesus Amaral Silva	Mestra

Fonte: Portaria nº 29/2019, CECEN/UEMA.

4.2 Gestão do Curso

Para Duarte (2013), a gestão acadêmica de um curso de graduação constitui-se em processos políticos, técnicos e humanos, que estão vinculados à política maior da Instituição e do Estado, que regula a economia e também as outras áreas. Os ajustes e superações dos condicionantes locais são importantes para que as políticas educacionais possam ser operacionalizadas, levando em consideração as limitações e potencialidades de cada região ou município, comunidade e instituição. Ressalta-se que essas limitações da gestão acadêmica são evidentes em todos os cursos, entretanto devem ser vistas com possibilidade de serem superadas.

Os aspectos administrativos e pedagógicos da gestão acadêmica orientam e definem as questões relacionadas a todo o processo que objetiva a qualidade. Entretanto, a gestão acadêmica, mesmo com um corpo de professores, funcionários e infraestrutura adequada, não tem poder suficiente de realizar tudo sozinha. É certo que tais condições são imprescindíveis para o desenvolvimento de um curso que se propõe alcançar níveis de qualidade desejáveis.

Para isso, o responsável diretamente pelo curso tem como alternativa estreitar a relação com as instituições do Estado e dos Municípios, com os Ministérios, com Inep, com a Capes, com o CEE/MA e outros setores. "Isso equivale a dizer que os gestores precisam saber como se interconectar e manter um nível de comunicação competente para fora e dentro do curso" (FREITAS, 2009, p. 71). As funções e serviços realizados pelo gestor acadêmico de um curso de graduação precisam ser contínuas, sistematizadas e com qualidade e estão além dos muros da instituição.

Paro (2005), ao se referir à gestão, situa alguns fundamentos como: (i) complexidade das tarefas; (ii) escassez de recursos disponíveis; (iii) multiplicidade de objetivos a serem perseguidos; (iv) grande número de sujeitos envolvidos. Há uma necessidade de que esses sujeitos tenham suas funções coordenadas e controladas por pessoas ou órgãos com funções administrativas.

A seguir apresentamos os gestores que contribuem para o processo de gestão acadêmica do Curso de Pedagogia São Luís.

Quadro 20 – Composição da direção do Curso de Pedagogia

Nome	Função
Maria Goretti Cavalcante	Diretora do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais
Maria José Cardoso Fiquene	Chefe de Departamento
Sannya Fernanda Nunes Rodrigues	Diretora do Curso

Fonte: Dados do Curso.

Além dos gestores, o Curso de Pedagogia Licenciatura conta ainda com o apoio dos técnicos administrativos, conforme relação abaixo:

Quadro 21 – Composição da equipe que auxilia na gestão administrativa do curso

Nome	Função	Titulação
Ednalva Serra Barbosa	Secretária	Ensino Médio
Juliane Ribeiro da Silva	Secretária	Graduanda em História Licenciatura
Maria da Conceição Caldas	Administrativo	Ensino Médio
Mayara Menezes Pereira	Estagiária no período vespertino	Graduanda em Ciências Sociais
João Pedro Melonio Rodrigues	Estagiário no período noturno	Graduando em Letras

Fonte: Dados do Curso.

4.3 Colegiado de Curso

O Colegiado é um órgão deliberativo e consultivo do Curso, conforme o que determina o Art. 49 e seus segmentos do Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão, seção V, reproduzido ainda, no Art. 20 e seus segmentos, do Regimento dos Órgãos Deliberativos e Normativos da Universidade Estadual do Maranhão:

Art. 49 Os Colegiados de Curso são órgãos deliberativos e consultivos dos Cursos e terão a seguinte composição:

I - o Diretor de Curso como seu Presidente;

II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III- um representante do corpo discente por habilitação.

Art. 20 Os Colegiados de Curso terão a seguinte composição:

I - o diretor de Curso como seu presidente;

II - representantes dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso, na razão de um docente por cada quatro disciplinas ou fração; III - um representante do corpo discente por habilitação.

No curso de Curso de Pedagogia Licenciatura, o Colegiado de Curso é composto pelos seguintes professores:

Quadro 22 – Composição do Colegiado do Curso de Pedagogia – Portaria nº 30/2019

Nº	Nome	Função	Titulação
1	Sannya Fernanda Nunes Rodrigues	Presidente	Doutora
2	Albiane Oliveira Gomes	Docente	Doutora
3	Ana Lúcia Cunha Duarte	Docente	Doutora
4	Camila Maria Silva Nascimento	Docente	Mestra
5	Cíntia Regina Nunes Reis	Docente	Doutora
6	Dolores Cristina Sousa	Docente	Doutora
7	Heloisa Cardoso Varão Santos	Docente	Mestra
8	Lincoln Sales Serejo	Docente	Doutor
9	Maria das Graças Neri Ferreira	Docente	Mestra
10	Maria de Fátima Serra Rios	Docente	Doutora
11	Maria José Cardoso Fiquene	Docente	Mestra
12	Nadja Fonseca da Silva	Docente	Doutora
13	Terezinha de Jesus Amaral da Silva	Docente	Mestra
14	Valéria Maria de Sousa Pinheiro	Representante discente	Graduanda

Fonte: Portaria nº 30/2019, CECEN/UEMA.

4.4 Corpo Docente

O quadro de docentes que atende ao Curso de Pedagogia é quase, na sua totalidade, do Departamento de Educação e Filosofia. Mencionamos no quadro abaixo os professores do Departamento de Letras, Matemática e História que também suprem disciplinas do curso.

Quadro 23 – Composição docente do Curso de Pedagogia

NOME	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL		DISCIPLINA	Experiência no exercício da docência na educação Básica	Experiência no exercício da docência superior
			Substituto	Concursado			
Alberto Magno Moreira Martins	20h	Mestre	x		Educação e Diversidade/ Educação e relações étnico-sociais	9	1
Albiane Oliveira Gomes	40h	Doutora		x	Avaliação Educacional, Didática, Planejamento Educacional, Política Educacional Brasileira	13	15
Ana Lúcia Cunha Duarte	40h	Doutora		x	Avaliação Educacional, Gestão Escolar	30	23
Antonia Márcia S. Torres	TIDE	Mestra		x	Psicologia, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento	-	25
Antonio José Araújo	40h	Especialista		x	Sociologia da Educação	25	23
Antonio Henrique França Costa	20h	Mestre	x		Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva/ História e Cultura Afro Brasileira	6	3
Camila Maria Silva Nascimento (Departamento de Letras)	40h	Doutora		x	Literatura Infanto-Juvenil	27	30

Cintia Regina Nunes Reis	40h	Doutora		x	Sociologia, Sociologia da Educação e Fundamentos Antropológicos da Educação	2	11
Danielle Pereira (desde 2020)	20h	Mestra	x		Educação em Espaços Não –Escolares	4	4
Débora Suzane Gomes (desde 2020)	20h	Mestra	x		Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia	5	6
Dolores Cristina Sousa	40h	Doutora		x	Estágio em áreas específicas/ Didática/Fundamentos e metodologia da Língua Portuguesa	27	25
Edvaldo Costa Rodrigues	20h	Mestre	x		História da Educação, História da Educação Brasileira, Fundamentos e Metodologia do Ensino da Geografia	8	1 ano e meio
Edward Pereira Rodrigues	40h	Doutor		x	Metodologia Científica/Filosofia	-	25
Fernando César dos Santos	TIDE	Mestre		x	Política Educacional Brasileira/Didática/ Sociologia da Educação	-	18
Francisco Valdério Pereira da Silva Júnior	40h	Doutor		x	Filosofia da educação/Filosofia	15	7
Heloiisa Cardoso Varão Santos	40h	Mestre (Doutoranda)		x	Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil/ Estágio Curricular Supervisionado	02	23

					na Educação Infantil		
Heline Furtado	20h	Mestra	x		Organização do Trabalho Pedagógico	16	10
Iva Souza da Silva	TIDE	Mestre		x	História da Educação/ Política Educacional Brasileira	10	25
Ivone das Dores de Jesus	TIDE	Mestre		x	Afastada para doutorado	10	23
Janaína Frazão Santos	20h	Especialista	x		Libras	4	1
Joaires Sidney dos S. Ribeiro	TIDE	Mestre		x	Didática/ Avaliação Educacional/ Gestão Educacional e Escolar/ Planejamento Educacional	32	44
José Carlos de Castro Dantas	40h	Doutor		x	Filosofia, Filosofia da Educação, Metodologia Científica	27	11
Joseane A. Maramaldo Levi	20h	Mestre (Doutoranda)	x		Política Educacional Brasileira	10	8
Lívia Janine Leda Fonseca Rocha	TIDE	Doutora		x	Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento/ Psicologia	-	7
Lincoln Sales Serejo	40h	Doutor		x	Filosofia, Filosofia da Educação/Metodologia Científica	10	25
Lourdes Maria de O. Paula Mota	40h	Mestre		x	Prática Curricular na Dimensão Escolar, Prática Curricular na Dimensão Educacional/ Educação a Distância/ Estágio Supervisionados nos Anos Iniciais	25	39

Márcia Cristina Gomes	TIDE	Doutora		x	Sociologia/Sociologia da Educação/ Prática Curricular na Dimensão Político-Social/ Educação em Espaços Não Escolares	-	26
Marconi José Carvalho Ramos	40h	Mestre		x	Licença Médica	-	25
Maria de Fátima Serra Rios	40h	Doutora		x	Avaliação Educacional e Escolar/ Estágio Curricular Supervisionado nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	27	30
Maria das Graças Neri Ferreira	40h	Mestre		x	Organização do trabalho Pedagógico, Estágio Supervisionado em Áreas Específicas	25	20
Maria Goretti Cavalcante de Carvalho	TIDE	Doutora		x	História da Educação Brasileira; Fundamentos e Metodologia do Ensino da História/Organização do Trabalho Pedagógico	30	18
Maria José Cardoso Fiquene	TIDE	Mestre		x	Psicologia, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem	-	35
Maria José Quaresma Vale (Departamento de Letras)	TIDE	Doutora		x	Leitura e Produção Textual / Linguística Aplicada e Ensino	25	27

Maria José Santos Rabelo	40h	Mestre (doutoranda)		X	Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática, Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	33	23
Marilda de Fátima Lopes Rosa	40h	Mestre		X	Psicologia da Aprendizagem, Fundamentos da Educação Especial Inclusiva	23	27
Melcka Yulle Conceição Ramos	20h	Mestra	X		Prática na Dimensão Curricular/ Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
Nadja Fonseca da Silva	40h	Doutora		X	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências/ Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática/ Prática na Dimensão Educacional/ Prática da Dimensão Político-Social	17	12
Regina Sodré Almeida Marreiros	20h	Mestre	X		Ludicidade e Educação/ Letramento e Alfabetização/Metodologia da Educação Infantil/ Fundamentos e Metodologias da Língua Portuguesa	30	1

Sannya Fernanda Nunes Rodrigues	40h	Doutora		X	Prática na Dimensão Escolar/ Tecnologias aplicadas ao ensino/ Metodologia da Pesquisa em Educação	1	15
Severino Vilar de Albuquerque	TIDE	Doutor		X	Metodologia da Pesquisa em Educação, Política Educacional Brasileira, História da Educação/ Currículo	15	18
Terezinha de J. Amaral da Silva	40h	Mestre (Doutoranda)		X	Letramento e Alfabetização/ Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil/fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos/Educação em Espaços não Escolares.	32	18
Vânia Lourdes Martins Ferreira	40h	Mestre		X	Política Educacional Brasileira/História da Educação	25	23
Washington Luís R. Coelho	40h	Mestre (doutorando)		X	Educação Especial e Inclusiva/ Currículo/Educação e Diversidade Cultural	-	24
Wedson Jonas Barros Silva	20	Especialista (mestrando)	X		Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental e Fundamentos e Métodos do Ensino de Arte.	8	4

Fonte: Curso de Pedagogia/São Luís

O quadro acima mostra como o quadro docente cresceu desde 2015 ao adquirir novos doutores, seja por retorno da licença para doutorado, seja via concurso para Magistério do Ensino Superior. Informamos também que atualmente há mais professores

do quadro, três professores afastados para doutorado interinstitucional, convênio com a Universidade Federal do Pará (UFPA), 1 professora foi aprovada em 2019 para a Universidade Federal da Paraíba e outra professora do quadro aprovada para o Doutorado em Educação da UFMA.

DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA

3.1 Infraestrutura

Desde 2015, o Curso de Pedagogia Licenciatura conta com novas instalações próprias no CECEN, possuindo:

- 08 salas de aula,
- Laboratório LAMUPED dividido em três espaços (espaço multimídia, espaço multidisciplinar e espaço lúdico-pedagógico),
- sala de reuniões com 50 lugares;
- salas administrativas (salas de departamento, Direção e secretaria do Curso);
- sala de professores com 16 gabinetes;
- 3 salas para os grupos de pesquisa;
- Auditório com capacidade para 90 pessoas;
- 4 banheiros;
- 2 lanchonetes;
- Hall para atividades científicas, artístico-cultural e de convivência;
- Restaurante Universitário;
- Núcleo de Acessibilidade da Uema NAU;
- Biblioteca Central com o acervo físico e digital Pearson;
- Biblioteca setorial, que começou a ser estruturada a partir de 2015 e tem sido continuamente ampliada a partir da doação de livros por docentes ligados ao curso, ao programa e por via de edital Fapema Universal.

As salas de aula atendem o Curso de Pedagogia (turnos vespertino e noturno) e o Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional, no turno matutino.

As salas de aulas são climatizadas, com boa iluminação e estrutura para atender a demanda de estudantes. Algumas salas de aulas possuem telão para exibição dos conteúdos da aula, conforme requerido no último parecer do conselho.

O curso dispõe para a ministração das aulas, 1 (uma) TV, 1 (um) aparelho de som, e datashows e computadores em quantidade suficiente para as aulas nos turnos de funcionamento. Além disso, todos os professores que estão em grupos de pesquisa, com projetos financiados pelos Editais do Universal FAPEMA, possuem seu próprio Datashow.

A sala de professores tem em seu um espaço 1 mesa com cadeiras para atendimento de grupo e há gabinetes para cada dois professores do departamento. O espaço que é usado para estudo, preparação das aulas, atendimento de estudantes, elaboração de projetos.

O curso, como já referido acima, possui 3 laboratórios didáticos, sendo 1 para experiências multimídias e os outros dois para as aulas e atividades experienciais nas diversas metodologias para as quais forma o curso. Estes espaços dão apoio ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão não só no curso como atende hoje o Programa de Pós-graduação em Educação, que teve suas atividades iniciadas no ano de 2019. Dois deles são de naturezas multidisciplinares e o outro é de natureza multimídia. Nestes espaços acontecem aulas e outras atividades do Curso de Pedagogia e do mestrado, especialmente das disciplinas de caráter teórico-prático, a saber, disciplinas como Tecnologias aplicadas ao ensino (Graduação) e Ensino e Aprendizagem em Linguagem e Tecnologias (Pós-Graduação). Na graduação atendem as práticas curriculares, orientações de estágio; disciplinas ligadas aos fundamentos e metodologias nos diferentes campos de saberes.

No momento, o curso está em fase de aquisição de equipamentos eletrônicos para dar mais suporte às aulas, a partir da liberação de recursos de projetos submetidos à Fapema (Universal).

Em fase de estudo de viabilização, a Gestão Superior está estudando a implementação das salas de aulas inteligentes, com vistas a promover a inovação voltada para as práticas exitosas e inovadoras com fins de aumento da qualidade dos cursos de graduação.

3.2 Acervo bibliográfico

A infraestrutura da UEMA está organizada para atender às atividades da gestão educacional, dos serviços administrativos e do desenvolvimento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação. Os espaços pedagógicos atendem às demandas da formação profissional proposta para os cursos de licenciatura.

Para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a Instituição dispõe, nos *campi*, salas de aula, auditório, laboratórios de informática com equipamentos de multimídia, conectados à Internet, e biblioteca. Além disso, há disponível, no *site* da UEMA, o acervo da Biblioteca Virtual Universitária Pearson. Adota-se também outras bases digitais para acessos a materiais utilizados nas disciplinas, orientações, como a de Periódicos da CAPES, BDTD da

CAPES, Rcaap.pt, *Scielo*, Google Scholar, Google Acadêmico, Repositório institucionais de outras universidades, entre outros ambientes de disseminação de conteúdo científico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **A avaliação da aprendizagem como processo interativo: um desafio para o educador.** Democratizar V.II, n.1, jan. 2008. Disponível em: <http://www.talitec.rj.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2013.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BENETTI, C. R., VASCONCELOS, M. F. “**Ensino a Distância: Sujeitos na Rede: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação**”. 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/520200812712PM.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BORDENAVE J, PEREIRA A. **A estratégia de ensino aprendizagem.** 26. ed. Petrópolis: Vozes; 2005.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução 11⁰¹ de 18 de fevereiro de 2002,** Brasília, MEC. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Brasília, DOU de 26.09.2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Brasília, MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002.** Brasília, MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **PNE, o Plano Nacional de Graduação — PNGrad, Decreto nº 15.581.** Brasília, MEC, de 30 de maio de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Pedagogia.** Brasília, MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do CEF nº 252/62 Brasil; Ministério da Educação. Decreto-Lei nº 1190 de 04 de abril de 1939.** Brasília, MEC, 1962.

DICIONÁRIO Aurélio XXI, CD-ROM, 2001.

DIAS, Fernanda de Souza Barros. **Avaliação escolar**. Disponível em: <http://www.portal.educacao.com.br/pedagogia/artigos/12447/avaliacao-escolar>. Acesso em: 19 abr. 2013.

FERREIRA, Ivani. **Avaliação na escola**: paradigma, concepções e conflitos. Disponível em: [professoraivaniferreira. Blogspot.com. br/2011/03](http://professoraivaniferreira.blogspot.com.br/2011/03). Acesso em: 19 abr. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Cortez, 1998.

HERNANDEZ, Fernando. "A avaliação como parte do processo dos projetos de trabalho". In: -----.**Transgressão e Mudança na Educação**: os Projetos de Trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática da construção da pré-escola à Universidade. 17. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LA TAILLE, Y. A questão da indisciplina: ética, virtudes e educação. In: DEMO, P; LA TAILLE, Y. HOFFMAN, J. **Grandes pensadores em educação**: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Prática Docente e Avaliação, Série Estudos e Pesquisas, nº 44**, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional/ABT, Rio de Janeiro, 1990, 54 p.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? p... 85-101.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. Entrevista concedida a Aprender a fazer, publicada em IP – Imprensa Pedagógica, publicação da Editora Gráfica Exponente, Curitiba, PR, n.36, 2004, p.4-6.

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e criando a prática. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e Eventos, 2005.

MARANHÃO. SEEDUC. Centro de Documentação - CEDIN da Secretaria de Estado do Maranhão, 1992.

MONIZ DOS SANTOS, M. E. **Mudanças conceituais na sala de aula**. Lisboa: L. Horizontes, 1991.

MORAN, J. M. "Novos Desafios na Educação: a Internet na Educação Presencial e Virtual". In: PORTO, Tânia Maria E.(org.). **Saberes e Linguagens de Educação e Comunicação**. Pelotas: Editora da UFPel, 2001, p. 194-4.

OLIVEIRA GS, KOIFMAN L. Integralidade do currículo de medicina: inovar/transformar, um desafio para o processo de formação. In: Marins JJN, Rego S, Lampert JB, Araújo JGC, organizadores. **Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica; 2004. p. 143-164.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. 8. Ed. Editora: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Isilda Teixeira; FIOLHAIS, Carlos. O Ensino da Medicina na Universidade de Coimbra no século XVI. In: **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2013. p. 435-456.

SANTOS, Shenia. **A aprendizagem por Celso Antunes**. Disponível em: corrujasufpe.blogspot.com.br/2011/05/aprendizagem-por-celso-antunes. Acesso em: 27 de abril d 2013.

SANTOS, J. S. SCARPELINI, S.; BRASILEIRO, S.L.L.; FERRAZ, CA.; DALLORA, MEL.V.; SILVA SÁ, M.F. **Avaliação do modelo de organização da unidade de emergência do HCFMRP-USP, adotando como referência, as políticas nacionais de atenção às urgências e de humanização**. Medicina, Ribeirão Preto, v. 36, p. 498-515, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). **Decreto Nos 15.581 de 30 de Maio de 1.997**.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Normas Gerais do Ensino de Graduação**. Resolução nº 423- CONSUN/UEMA, de 04 de dezembro de 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA. **Normas Gerais do Ensino de Graduação**. Resolução nº 1369/2019 - CEPE/UEMA, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Normas Específicas da Dimensão Prática do Estágio Curricular obrigatório e das atividades acadêmico/científico/culturais nos cursos de Licenciatura da UEMA, aprovadas pela Resolução nº 890/2009 — CEPE/UEMA**.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA). **Resolução nº 0415/2003 CONSUN/UEMA**, Programa de Qualificação de Docentes. PQD, 2003.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças**. São Paulo: Libertad – Centro de Formação e Assessoria Pedagógica, 1998.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ANEXOS E APÊNDICES

GRUPO I – Atividades de Ensino e Iniciação à docência	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Monitoria exercida na UEMA	Relatório semestral, com a ciência do professor orientador e a validação do Coordenador (a) de Curso	Dois semestres, sendo 40 h por cada semestre letivo, perfazendo um total de 80h
Participação em Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (Pibid).	Relatório semestral da pesquisa do Pibid, com a ciência orientador e a validação do Coordenador(a) de curso.	Três semestres, sendo 50h por semestre, perfazendo um total de 150h
Disciplinas de outros cursos/IES na área de formação de professores.	Histórico Escolar ou declaração do órgão de controle acadêmico.	Duas Disciplinas de 60h cada, para aproveitamento da carga horária de até 120h
Projetos e oficinas temáticas na área de educação.	Declaração/ certificado emitido pela Direção ou órgão competente.	Três comprovações, perfazendo um total de até 20h
Experiência profissional na área da educação.	Declaração emitida pela Direção ou órgão competente.	Três semestres, sendo 50h por semestre, perfazendo um total de 150h
Cursos de idiomas, Comunicação e Expressão e de Informática.	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.	Dois semestres, sendo 60h por cada semestre letivo, perfazendo um total de 120h
Participação em reuniões de departamentos, colegiados e conselhos da UEMA.	Declaração assinada pelo presidente da Assembleia Departamental, Diretor de Curso ou do Conselho, conforme o caso.	Dois anos, sendo 15h por cada ano letivo, perfazendo um total de 30h

Representantes de CA e DCE.	Declaração com a composição dos representantes e a função exercida, assinada pelo presidente.	Dois anos, sendo 20h por cada ano letivo, perfazendo um total de 40h
GRUPO II – Atividades de Pesquisa	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Iniciação científica, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de pesquisa da Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.
Apresentação de trabalho em eventos científicos.	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento e a Cópia do trabalho apresentado.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Publicação de trabalho em anais de congressos e similares.	Comprovação da publicação no evento e a cópia de material publicado.	15h horas por trabalho, limitado a, no máximo, 75h em todo o curso de graduação.
Artigo publicado em revista científica	Comprovação da publicação e a cópia do artigo publicado.	Quais A e B, 60h e em outros periódicos considerar 30h.
Membro de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq.	Comprovação que é membro do grupo de pesquisa, com a ciência do Coordenador do grupo de pesquisa.	Até 40h, podendo ser contabilizado até dois grupos, 20h cada.
GRUPO III – Atividades de Extensão	Documentação comprobatória	Carga horária máxima permitida para contabilização
Atividade de Extensão reconhecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	Relatório parcial e/ ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de Extensão do Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.

Participação em seminários, congressos, encontros estudantis, entre outros de atualização e congêneres.	Certificado emitido pelo órgão responsável pelo evento, com especificação da carga horária cumprida. (Caso não tenha a carga horária no certificado, conta-se 8h por dia)	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Participação em curso de extensão e atualização, na área de educação reconhecido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA.	Certificado do coordenador do curso com a ciência da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA.	Até por 20h por curso, sendo possível contabilizar até três cursos.
Participação em visitas programadas em instituições educacionais ou áreas afins.	Declaração assinada pelo Professor que liste os acadêmicos participantes, com especificação da carga horária cumprida e o objetivo da visita.	Até 20h, podendo totalizar até três visitas.
Participação na organização, coordenação de cursos e/ ou eventos científicos, na área do curso ou afins.	Declaração assinada pela coordenação do evento e do coordenador do curso de graduação do estudante.	Até 20 horas por evento, limitado a, no máximo, 60 horas em todo o curso.
Participação em intercâmbios institucionais.	Declaração da instituição que intermediou o intercâmbio, descrevendo o período e as atividades realizadas.	Dois semestres de 50h cada, perfazendo um total de até 100h.
Trabalho realizado em campanhas de voluntariado ou programas de ação social.	Declaração assinada pelo representante legal do órgão onde as atividades foram realizadas, especificando as principais atividades, local, data e/ ou período.	Até 10 horas por evento, limitado a, no máximo, 40h em todo o curso de graduação.

Estágios extracurriculares.	Cópia do termo de convênio devidamente assinado pelas partes conveniadas ou do cadastro da Instituição/ Empresas atestando o cumprimento das atividades, com especificação da carga horária cumprida.	Dois semestres de 40h cada, perfazendo um total de até 80h.
Participação ou trabalho na organização de jornal informativo da UEMA.	Cópia do material que comprove a participação ou realização do trabalho.	Até 20 horas por evento ou período/semestre letivo de participação, limitado a, no máximo, 60 horas em todo o curso de graduação.
GRUPO IV – Atividades de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Documentação comprobatória	Carga horário máxima permitida para contabilização
Atividade de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ ou Final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Dois semestres de 60h cada, perfazendo um total de até 120h.
Participação em projetos inovadores em comunicação, design e aplicativos aplicados à educação.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	Até o limite de 120 horas em todo o curso de graduação.
Participação em projetos de criação de kits educacionais.	Declaração assinada pela coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	Até o limite 120 horas em todo o curso de graduação.
Participação em projetos de	Declaração assinada pela	Até o limite de 60 horas em todo o

introdução de novos benefícios ou novos de interação e/ ou inclusão social (inovação social)	coordenação do projeto com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	curso de graduação.
Atividades de Ensino e Iniciação à docência	Documentação comprobatória	Carga horária
Monitoria exercida na UEMA	Relatório semestral, com a ciência do professor orientador e a validação do Coordenador (a) de Curso	
Participação em Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (Pibid).	Relatório semestral da pesquisa do Pibid, com a ciência orientador e a validação do Coordenador (a) de curso.	
Disciplinas de outros cursos/IES na área de formação de professores.	Histórico Escolar ou declaração do órgão de controle acadêmico.	
Projetos e oficinas temáticas na área de educação.	Declaração/ certificado emitido pela Direção ou órgão competente.	
Experiência profissional na área da educação.	Declaração emitida pela Direção ou órgão competente.	
Cursos de idiomas, Comunicação e Expressão e de Informática.	Certidão de aprovação no respectivo curso, que especifique a carga horária cumprida.	
Participação em reuniões de departamentos, colegiados e conselhos da UEMA.	Declaração assinada pelo presidente da Assembleia Departamental, Diretor de Curso ou do Conselho, conforme o caso.	
Representantes de CA e DCE.	Declaração com a composição dos representantes e a função exercida, assinada pelo presidente.	

Atividades de Pesquisa	Documentação comprobatória	Carga horária
Iniciação científica, reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ ou final com a ciência do Professor orientador e do coordenador de pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	
Apresentação de trabalho em eventos científicos.	Certificado emitido pelo órgão competente responsável pelo evento e a Cópia do trabalho apresentado.	
Publicação de trabalho em anais de congressos e similares.	Comprovação da publicação e a cópia do material publicado.	
Artigo publicado em revista científica.	Comprovação da publicação e a cópia do artigo publicado.	
Membro de grupo de pesquisa cadastrado no CNPq	Comprovação que é membro do grupo de pesquisa com a ciência do Coordenador do grupo de pesquisa.	
Atividades de Extensão	Documentação comprobatória	Carga horária
Atividade de Extensão reconhecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.	Relatório parcial e/ ou final, com a ciência do Professor orientador e do coordenador de Extensão e Assuntos Estudantis.	
Participação em seminários, congressos, encontros estudantis, entre outros de atualização e congêneres.	Certificado emitido pelo órgão responsável pelo evento, com especificação da carga horária cumprida. (caso não tenha a carga horária no certificado, conta-se 8h por dia).	
Participação em curso de	Certificado do coordenador do	

extensão e atualização, na área de educação reconhecida pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA.	curso com a ciência da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UEMA.	
Participação em visitas programadas em instituições educacionais ou áreas afins.	Declaração assinada pelo Professor que liste os acadêmicos participantes, com especificação da carga horária cumprida e o objetivo da visita.	
Participação na organização, coordenação de cursos e/ou eventos científicos, na área do curso ou afins.	Declaração assinada pela coordenação do evento e do coordenador do curso de graduação do estudante.	
Participação em intercâmbios institucionais.	Declaração da instituição que intermediou o intercâmbio, descrevendo o período e as atividades realizadas.	
Trabalho realizado em campanhas de voluntariado ou programas de ação social.	Declaração assinada pelo representante legal do órgão onde as atividades foram realizadas, especificando as principais atividades, local, data e/ou período.	
Estágios extracurriculares.	Cópia do termo de convênio devidamente assinado pelas partes conveniadas ou do cadastro da Instituição junto à IES e relatório semestral da Instituição/Empresa atestando o cumprimento das atividades, com especificação da carga horária cumprida.	

Participação ou trabalho na organização de jornal informativo da UEMA.	Cópia do material que comprove a participação ou realização do trabalho.	
Atividades de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Documentação comprobatória	Carga horária
Atividade de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação reconhecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	Relatório parcial e/ou Final com a ciência do Professor orientador e do coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.	
Participação em projetos inovadores em comunicação, <i>design</i> aplicativos aplicados à educação.	Declaração assinada pela coordenação do projeto, com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Graduação.	
Participação em projetos de criação de kits educacionais.	Declaração assinada pela coordenação do projeto, com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	
Participação em projetos de introdução de novos benefícios ou novas de interação/inclusão social (inovação social).	Declaração assinada pela coordenação do projeto, com o visto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.	